

ADVERSO

n° 205 - janeiro / fevereiro de 2014

ISSN 1980315-X



Ano será de prova de fogo do RSC para EBTT

Força do novo modelo será testada e elevará a exigência e maturidade dos docentes e sua representação em formatar e aplicar o sistema de avaliação

Páginas 16 a 20





Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente: **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

2ª Vice-Presidente: **Marilda da Cruz Fernandes**

1º Secretário: **Ricardo Francalacci Savaris**

2º Secretário: **Paulo Machado Mors**

3º Secretário: **Luciano Casagrande**

1º Tesoureiro: **Vanderlei Carraro**

2º Tesoureiro: **Edson Lindner**

3ª Tesoureira: **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 2.000 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Gloria Ferreira – Fabico/Ufrgs

Lúcio Vieira – IFRS - Campus POA

Paulo Machado Mors – Instituto de Física/Ufrgs

Flávio Porcello – Departamento de Comunicação/Ufrgs

Francisco Marshall – Departamento de História/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**

Reportagens: **Ana Esteves, Araldo Neto, Marco Aurélio Weissheimer e Patrícia Comunello**

Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**

Diagramação: **André Lacasi**

Produção



SUMÁRIO

INFRAESTRUTURA

Corrida para salvar livros após
inundação na Biblioteca da Ufrgs
por **Patrícia Comunello**

04

06

PING-PONG

Eduardo Rolim de Oliveira
"A Reforma da Previdência veio para ficar"
por **Marco Aurélio Weissheimer**

VIDA NO CAMPUS

Parâmetro matemático auxilia
diagnósticos de fragilidade óssea
por **Araldo Neto**

10

12

EM FOCO

Especialistas apontam influência das religiões
em questões sociais e políticas
por **Patrícia Comunello**

SEGURANÇA

Série de iniciativas buscam inibir
violência em campi da Ufrgs
por **Ana Esteves**

14

16

REPORTAGEM

Reconhecimento de Saberes e Competências no
EBTT estreia no decorrer de 2014
por **Patrícia Comunello**

ESPECIAL

Professora da Ufcsa comemora seu
desempenho além da academia
por **Araldo Neto**

21

23

CARREIRA

Com aumento da demanda, CPPDs se qualificam
para atender processos
por **Patrícia Comunello**

DEBATE

Os novos desafios para
o movimento sindical brasileiro
por **Marco Aurélio Weissheimer**

26

29

ARTIGO

O PNE aprovado no Senado
é um grave retrocesso
por **Gil Vicente Reis de Figueiredo**, diretor de Relações
Institucionais do Proifes

JURÍDICO

Nova regulamentação da contagem de
tempo especial no serviço público
por **Francis Bordas**, advogado

33

EDITORIAL

2014 promete!!!!

Completamos mais uma volta em torno do Sol. Embora o calendário seja uma invenção humana, toda vez que encerramos este passeio espacial acreditamos, não sem razão, que um novo ciclo começa. Na nossa cabeça estão os sonhos, os projetos, as esperanças, os desafios e, no futuro, desejamos muitas surpresas.

Todo ano encerra com balanço e inicia com planejamento. Um depende do outro. Corrigir rumos, aprimorar ações e desenvolver novos projetos são medidas que nos movem e definem os caminhos que desejamos trilhar.

A escolha dos professores da Adufrgs foi a política de compromisso com a democracia como sentido para o Sindicato. Isso se torna cada vez mais forte, à medida que se respeita e se dá ouvido e voz aos associados, e que se admite a pluralidade e a diversidade.

Hoje já somos um dos maiores sindicatos de professores de Instituições Federais de Ensino do País. Nossa meta é crescer ainda mais. Todo mês, dezenas de professores nos procuram para efetuar filiação. A Adufrgs-Sindical já ultrapassa os limites de Porto Alegre, fazendo-se presentes em inúmeras cidades do Estado para atender ao convite de docentes que querem debater a carreira, a nova Previdência, a democracia interna das instituições de ensino e a organização sindical.

O diálogo sobre as necessárias reformulações para aprimorar a nossa

carreira já está em curso. A última assembleia geral de 2013 serviu para definir as primeiras estratégias sobre a condução do debate sobre o tema. Identificou as principais fragilidades ainda presentes, levantou algumas proposições e, acima de tudo, fixou o caminho democrático de participação e aprovação daquela que será a nossa proposta a ser discutida nacionalmente no âmbito do Proifes-Federação.

O ano de 2014 começa com muita movimentação. Em janeiro estaremos em Salvador, na Bahia, durante dois dias, debatendo os diferentes modos de organização sindical. Em fevereiro, uma delegação de professores das Ifes de Porto Alegre, comprometidas com as nossas bandeiras estará em Brasília participando do 2º Conae. Neste evento, estaremos discutindo os rumos da educação brasileira e aprofundando a crítica ao Plano Nacional de Educação recentemente aprovado no Senado. A formulação aceita por aquela casa legislativa decididamente transforma a educação em mercadoria e o que deveria ser um direito público passa a ser um serviço público.

Há um crescente descomprometimento da União com a natureza dos cursos e escolas – e da relação dessas com os projetos de desenvolvimento social e econômico do País – que ameaça tornar as instituições de ensino em meros instrumentos de obtenção de lucro pelas empresas privadas, ou em

institutos filantrópicos, sem qualquer compromisso com qualidade ou emancipação social, com a democratização do acesso ao conhecimento. Tudo indica que os currículos tenderão a oficializar a separação entre os cursos de qualidade, para poucos e bem nutridos e os de “faz de conta” para a maioria. Esta situação nos coloca em prontidão.

Em março, teremos a nossa assembleia geral que irá definir a proposta de reformulação da carreira com vistas às negociações com o governo. Ainda naquele mês, se tudo correr conforme o cronograma, estaremos iniciando as obras de construção da nova sede e, por fim, o tão esperado jantar de confraternização que teve de ser transferido do final do ano para o início deste. Ainda em março, chega a segunda parcela do reajuste salarial. Em abril estaremos recebendo em Porto Alegre o Encontro de Organizações Sindicais de Educação Superior da América Latina e Caribe. A Adufrgs-Sindical é uma das entidades anfitriãs do evento. E muitas outras atividades nos esperam.

Neste ano teremos a Copa do Mundo no Brasil (vamos torcer!); teremos eleições para a Presidência da República, para os governos de estados, para o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas (vamos agir!); e esperamos que as investigações contra a corrupção nesse país continuem (vamos exigir!).

Abraços a todos e um bom retorno das férias.

Corrida para salvar livros após inundação na Biblioteca da Ufrgs

por Patrícia Comunello



O bibliotecário Nestor Sanders (esq.) lamenta que entre as consequências da inundação na Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanidades tenham restado muitos livros antigos mofados

Em menos de 15 dias, entre o Natal e a primeira semana de janeiro de 2014, a notícia e as cenas do impacto de uma inundação que atingiu milhares de livros na Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH), no Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), geraram consternação e mobilização. Comoção, diante das imagens de milhares de livros no chão, em mesas, em balcões e em um varal improvisado dentro da sala de estudos. Mutirão, que logo se espalhou entre funcionários do acervo e de outras unidades da área em toda a Ufrgs (voluntários de fora da Universidade também se ofereceram) acudiu os atingidos e rapidamente estancou os eventuais danos, na busca por uma solução para reverter perdas.

Nas redes sociais, vídeos e notícias alcançaram profissionais de Ciências Sociais e público em geral que postou comentários e cobrou melhor estrutura e segurança aos acervos. “Doeu na alma”, postou no Facebook o professor do Departamento de Antropologia da Ufrgs, Bernardo Lewgoy. O estudante de Jornalismo Leonardo Pujol comentou, após ler a informação sobre a inundação em 7 de janeiro: “Hoje é o Dia do Leitor. Péssima notícia para a literatura e adeptos.”

Após o choque e a corrida para salvar os “desabrigados”, o ca-

pítulo que se seguiu foi da instalação de um contêiner no Campus (ao lado dos prédios de aula do IFCH), alugado por R\$ 3 mil mensais pela Reitoria, para manter exemplares a uma temperatura extrema, como 25 graus abaixo de zero. Antes de transferir os volumes, a equipe da biblioteca teve todo o cuidado, identificando o estado das obras e ensacando para evitar contaminação dentro da câmara fria. “A sensação agora é de alívio, pois sabemos que os livros ficarão bem instalados para posterior restauração, e sem o temor de que possam sofrer com mofo e fungos”, tranquiliza a bibliotecária-chefe da BSCSH, Karen Irizaga. A baixa temperatura elimina o efeito do calor e da umidade, combinação ideal para proliferação de fundos. A previsão é de um primeiro exame das condições dos materiais após 15 dias de congelamento. Foram colocados cerca de 8 mil títulos na refrigeração, de um total de 18 mil atingidos.

A aposta de Karen é de que possa ser possível restaurar 100% do acervo afetado. “Parte será restaurada no laboratório da Biblioteca Central e alguns na unidade setorial”, esclarece a bibliotecária-chefe. A restauração das obras raras e aquelas mais atingidas é acompanhada por Lorete Mattos, do Departamento de Obras Raras da Biblioteca Central. Segundo Lorete, o congela-

mento no contêiner ajudará a completar o trabalho já iniciado, colaborando para impedir o processo de degradação dos livros. O contêiner tem uma capacidade para 55 m³. Esse tipo de recurso não é comum no Brasil.

O episódio, cujas medidas de socorro foram prontamente providenciadas pela administração da Universidade diante da grande repercussão pública, expõe a fragilidade de algumas unidades que guardam o patrimônio caro ao conhecimento. O reitor, Carlos Alexandre Netto, foi ao local em 14 de janeiro e declarou total apoio ao trabalho “para reabrir na maior brevidade a biblioteca”. “Essa atuação em conjunto vai tornar possível a reparação de quase a totalidade do acervo”, enfatizou Netto. A reabertura a usuários ocorrerá progressivamente. Segundo Karen, o acervo que não foi atingido será distribuído entre o Instituto de Letras e o Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (Ilea), que ficam próximos à sede da BSCSH, no Campus do Vale.

A biblioteca das Ciências Sociais soma quase 200 mil títulos, sendo 180 mil livros muitos raros, e é a maior das 29 unidades da Ufrgs, cujo acervo total tem mais de 700 mil títulos. A BSCSH tem ainda o maior fluxo de empréstimos, segundo levantamento da Biblioteca Central. A diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Soraya Maria Varga Cortes, explica que a utilização reflete a produção intelectual dos departamentos e cursos da área. A melhor solução para eliminar novos riscos a acidentes será a construção de um único prédio para abrigar os acervos no Campus do Vale. Segundo a Reitoria, o projeto executivo está sendo elaborado e depois será levado à licitação.

Causas da inundação

Vazamento de canos que alimentavam um bebedor no andar superior ao prédio da Biblioteca Setorial das Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH), no Campus do Vale da Ufrgs, no último Natal – e descoberto no dia 26 de dezembro – provocou infiltração com alagamento de parte do acervo, atingindo a área onde são guardadas obras raras, muitas de literatura gaúcha, coleção da Filosofia e títulos de pesquisa de pós-graduação. Além disso, o mobiliário existente na sala de estudos foi danificado e não poderá ser reutilizado. No local, a ordem foi reverter danos. Livros



de todos os tamanhos e idades ficaram espalhados pelo chão, abertos para arejamento. Funcionários precisaram virar páginas manualmente para facilitar a recuperação.

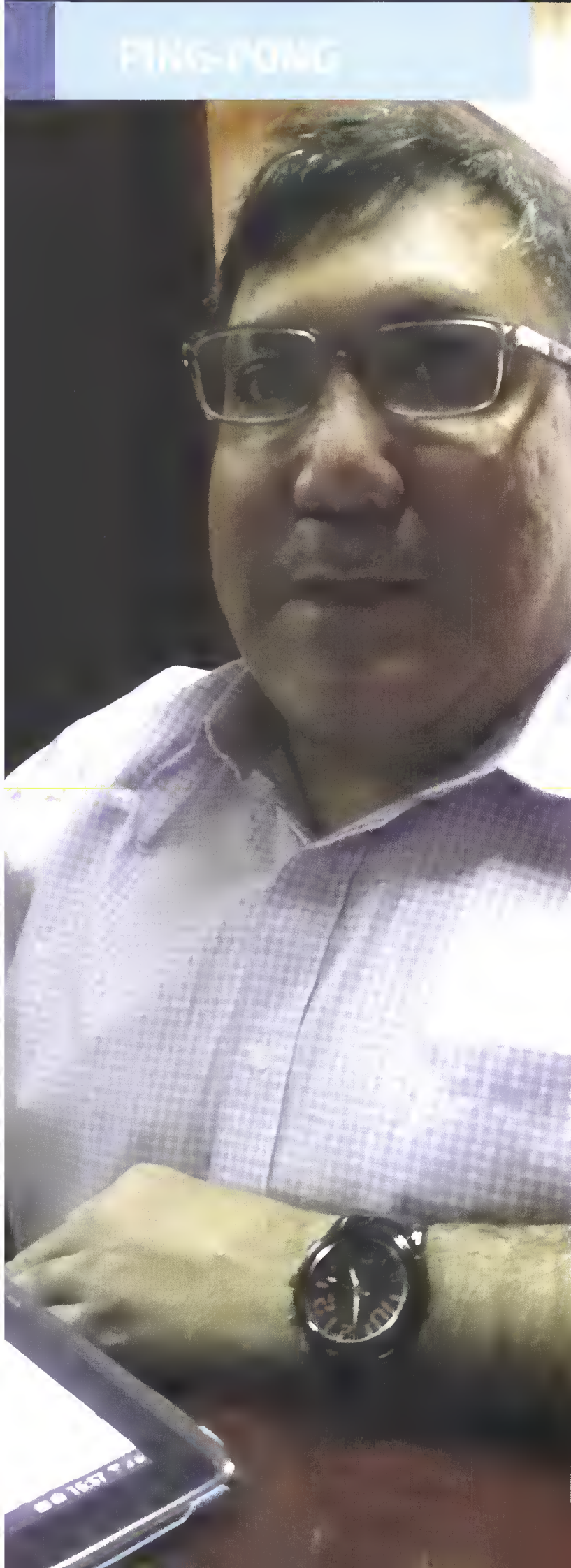
O balcão de empréstimos foi tomado pelo acervo, despejado das estantes. O bibliotecário Nestor Sanders evitou manusear coleções que estavam com volumes colados devido à inundação, para impedir mais danos. Na sala de estudos, que abrigava mesas e cadeiras, um grande varal foi montado para pendurar centenas de livros e acelerar o combate à umidade. “Virou a enfermaria”, definiu um funcionário. Durante os dias que se seguiram ao incidente, os técnicos não pararam de agir, usaram máscaras cirúrgicas, luvas e carregaram os volumes de um lado para outro, tentando organizar o caos e identificar os “pacientes” por nível de gravidade. A “enfermaria” ficou superlotada.

“Mesmo os que se recuperarem ficarão com cicatrizes”, ilustrou Sanders, que localiza em meio aos “feridos” edições de um dicionário francês do século 18. Mais de 30 pessoas, grupo que ficou maior em muitos momentos, com o reforço de outras bibliotecas, auxiliaram no socorro mais adequado “às vítimas” da inundação. Na história da biblioteca, é o segundo episódio que gerou sérios danos ao acervo da BSCSH. Em 1993, um incêndio, até hoje não esclarecido, atingiu uma das áreas da unidade.

A bibliotecária aposentada Maria de Lourdes Mendonça chegou de surpresa no dia 7 de janeiro ao prédio e não acreditou ao se deparar com a cena. “Estou impactada só de olhar e recordar o incêndio de 1993, que não sei se não foi pior, pois tinha fogo e água”, confrontou Maria de Lourdes. Enquanto perambulava em meio aos livros, a aposentada lamentava que a coleção especial havia sido atingida, mas não esmoreceu. “O sentimento é pela perda cultural, de trabalho e organização, isso não têm preço. Mas dá para recuperar tudo”, incentiva a veterana.

“Estamos buscando solução para garantir que o acervo, de grande valor para a formação das áreas, tenha melhor instalação”, adiantou Soraya, que pediu à área de manutenção da Universidade para retirar o encanamento do nível superior como prevenção. Além disso, o IFCH buscou assessoria da Faculdade de Arquitetura para definir um projeto prevendo estrutura mais adequada e confortável aos usuários. ☺



A portrait of Eduardo Rolim de Oliveira, a middle-aged man with dark hair and glasses, wearing a light blue checkered shirt. He is sitting in a red office chair. The background is slightly blurred, showing an office setting.

Eduardo Rolim de Oliveira “A Reforma da Previdência veio para ficar”

A Reforma da Previdência foi uma contingência da correlação de forças da época (a lei é do final de 2003) e suas mudanças vieram para ficar. Não seria simples o governo federal decidir voltar atrás na resolução, implementando novamente a aposentadoria integral, observa o professor do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira. “Não há condições políticas para fazer algo assim”, avalia. Em vista desta realidade, os sindicatos precisam orientar muito bem os professores sobre como funciona o novo sistema, completa o dirigente.

Rolim coordenou a produção de uma cartilha especial para informar os docentes sobre o funcionamento dos novos regimes de Previdência. Em entrevista à Revista Adverso, ele fala sobre as várias regras com as quais os professores das universidades federais convivem atualmente, analisa as novidades apresentadas pelo Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal e chama a atenção para o novo perfil dessa categoria profissional: mais ou menos metade já não tem mais aposentadoria integral. “Isso é um ponto importante e os sindicatos devem levar essa informação em conta na hora de definir suas linhas de atuação”, defende o presidente do Proifes.

Por **Marco Aurélio Weissheimer**

Adverso: Porque a necessidade de criar uma cartilha da Previdência?

Eduardo Rolim: A ideia de produzir essa cartilha foi aprovada no Encontro Nacional do Proifes, realizado em agosto de 2013, em João Pessoa (PB). Lá eu apresentei alguns textos, como uma contribuição para o encontro. Um era de avaliação sobre a reforma na Previdência e as consequentes mudanças na vida das pessoas e outro sobre o regulamento da Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal). Daí surgiu a ideia de fazer a cartilha, que não é um fim em si mesmo. O que importa é que acreditamos, politicamente falando, que as pessoas precisam aprender como funciona o novo sistema.

A Reforma da Previdência foi uma contingência da correlação de forças da época, e hoje não há condições políticas de o governo voltar atrás e implementar novamente a aposentadoria integral. Por isso, a principal coisa que os sindicatos têm que fazer neste momento é orientar muito bem os professores. Com a mudança das regras, hoje, mais ou menos metade da nossa categoria não tem mais aposentadoria integral. Se tomamos os contratados de 2004 para cá, temos mais ou menos 35 mil professores do Magistério Superior que estão na terceira geração da Reforma (que vai de 2004 a 2013) e temos também os que foram contratados há um ano, o que faz com que a maioria da categoria não tenha mais a aposentadoria integral.

Então, fazer uma política sindical hoje simplesmente repetindo que se defende a igualdade entre ativos e aposentados significa não conseguir mais dialogar com uma parte expressiva da categoria. Para metade dela, ao menos, esse discurso já não tem nenhum sentido. O sindicato que não for capaz de fazer isso e ficar simplesmente dizendo “não” à realidade, jamais conseguirá dialogar com a sua categoria. Essa é a posição do Proifes e desta avaliação nasceu a ideia da cartilha.

Adverso: O que os professores encontram na cartilha?

Rolim: A proposta é apresentar de uma forma didática as novas regras de funcionamento da Previdência. São quase 100 páginas. Não é um documento para as pessoas lerem em um dia, de uma vez só. É um texto para consulta, que contempla as quatro gerações de aposentados e suas respectivas mudanças e que traz a legislação atualizada sobre o tema, um glossário sobre o regulamento da Funpresp e uma avaliação razoavelmente detalhada do regulamento do plano de benefícios. O que importa hoje é saber como fica a vida das duas gerações que não têm a integralidade.

Adverso: Quantos regimes de Previdência contemplam hoje a carreira do Magistério Superior?

Rolim: Nós trabalhamos com a lógica de quatro gerações. Na realidade, se pegarmos a primeira geração, teremos “n” regimes. Nela se enquadram as pessoas que já estão aposentadas, têm a integralidade e a sua situação definida e estabilizada. A segunda geração reúne aqueles que terão direito à aposentadoria integral, se cumprirem todos os requisitos exigidos; a terceira é feita de profissionais que não têm este direito, dentro daquela transição de 2004 para 2013 (que se aposentam com uma média), e a quarta e mais nova geração, que entrou como docente na universidade de 2013 para cá, que terá direito ao teto do regime geral e, se quiser mais, terá que migrar para a Previdência Complementar.

Adverso: Quais os principais tópicos da cartilha quanto aos diretos de cada geração?

Rolim: A cartilha está dividida em duas partes. A primeira, mais geral, define e mostra quais são essas gerações; e a segunda é uma análise específica do regime da Previdência Complementar. Entre as duas, há uma parte que é uma espécie de balanço político das reformas, onde expressamos o que, na nossa opinião, as pessoas da terceira e da quarta geração devem fazer. Aconselhamos com

muito cuidado, pois não achamos que devemos dizer às pessoas para aderir ou não ao novo regime. Procuramos mostrar o que acontece, por exemplo, para alguém que é da terceira geração e resolve ir para a Previdência Complementar, ou o que acontece se decide não ir, e a mesma coisa para as pessoas da quarta geração. Isso é feito de uma maneira bem clara e transparente, mostrando para cada segmento as alternativas do que pode-se fazer. A decisão é da esfera individual de cada um.

Obviamente que a cartilha é direcionada para a nossa base e será distribuída entre os dez sindicatos que fazem parte do Proifes-Federação, com uma versão personalizada para cada entidade. Na minha opinião, o alcance deste documento supera o universo dos professores inclusive, podendo ser utilizado por qualquer servidor público. E não é o único que existe. Há uma cartilha da Andes, que é muito crítica e simplesmente trabalha com a ideia de que a Funpresp é ruim, mas não apresenta solução; há ainda uma cartilha da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais), que é um pouco mais técnica, e os materiais da própria Funpresp, que são mais de propaganda do fundo. Nossa cartilha não tem a pretensão de ser pioneira, mas tem, sim, a pretensão de ser a melhor.

Adverso: Qual é o balanço político das reformas e das mudanças que as mesmas trouxeram para a vida dos professores universitários e dos servidores públicos federais em geral?

Rolim: Neste balanço eu tento mostrar aos professores que não adianta a gente adotar uma postura do tipo avestruz e dizer simplesmente que não vamos aderir a Funpresp e vamos lutar para fazer a reforma voltar para trás. Eu tento mostrar também as motivações que levaram as forças políticas da época a aprovar a reforma no Congresso. Na minha opinião, a correlação de forças que fez com que a reforma fosse aprovada quase por unanimidade, com o apoio de 27 governadores que subiram a rampa com

Lula (Luiz Ignácio Lula da Silva) para entregar o projeto, em 2003, baseou-se em uma visão socializante, de esquerda, que defende a lógica da igualdade dos sistemas de Previdência. Segundo essa visão, a Previdência dos trabalhadores comuns e dos servidores públicos tem que ser a mesma.

Desta forma, justifica-se uma reforma que propõe a unificação dos dois sistemas, visão com a qual eu não concordo por entender que poderíamos ter encontrado uma alternativa melhor para toda a sociedade, como a ideia de um sistema baseado na ideia da solidariedade geracional inclusive para os trabalhadores da iniciativa privada. A resposta que foi dada a esses trabalhadores foi o Fator Previdenciário, um caminho que acaba prejudicando os mais pobres.

A ideia do PT, portanto, foi buscar a igualdade de sistemas. Já a ideia do PSDB, ligado a setores do mercado e a setores liberais do Congresso Nacional, é a de privatizar o sistema e permitir que o mercado possa participar do processo de vendas de planos de Previdência, como se fosse qualquer outro negócio. Essas duas ideias acabaram se encontrando. Isso mostra, aliás, que talvez estejamos no limiar de uma nova reforma logo a seguir, pois nem uma coisa nem outra foi feita. A proposta da Funpresp levou quatro anos para ser enviada ao Congresso Nacional, depois cinco anos para ser aprovada. Essa demora se deu por vários motivos, entre eles, a própria falta de acordo no Congresso, o fato de que a criação da Funpresp aumenta o déficit público e a ausência de acordo sobre o tipo de projeto de lei. O texto que acabou aprovado não é o original. Este não previa nenhum elemento de solidariedade geracional. Já o projeto aprovado tem elementos de solidariedade geracional que nenhum plano de previdência privada tem: as mulheres têm benefícios; a aposentadoria por invalidez, a pensão por morte, tudo isso é financiado por um fundo comum que não existe na previdência privada convencional.

Então, essa não é a Previdência Complementar que os liberais queriam que fosse. Mas ao mesmo tempo não é uma previdência igual à que têm os trabalhadores da iniciativa privada. Tem uma garantia muito superior, permitindo que o teto do regime geral seja o mínimo, e não o máximo como é na iniciativa privada. Se olharmos os projetos originais de ambas correntes políticas, nenhum dos dois foi vitorioso. O resultado final foi híbrido – o que pode levar, repito, no futuro, a uma nova reforma. Já o processo de criação da Funpresp foi uma espécie de terceira reforma do atual ciclo que começou com o Fernando Henrique Cardoso, que tirou os servidores públicos do capítulo especial da Constituição, passou por Lula, que criou a possibilidade do sistema de previdência complementar, e chegou à Dilma (Rousseff), com a implementação da Previdência Complementar.

Tivemos, então, três mini-reformas da Previdência que não espelham a proposta plena de nenhuma das duas correntes citadas, mas, sim, o fato de que houve uma grande convergência no Congresso Nacional, que expressa um grande peso social. É muito difícil que tenhamos capacidade de mudar esse quadro e convencer a sociedade a voltar para um sistema que seria cada vez mais diferente daquele dos trabalhadores da iniciativa privada. É nesta direção que caminha o meu balanço político sobre esse processo.

Adverso: Como está a adesão dos novos professores ao Fundo de Previdência Complementar?

Rolim: Esse quadro é ainda muito variável. Depende da área. Em outubro de 2013, havia números indicando que a Educação era o setor que menos estava aderindo, o que é estranho, pois trata-se de uma área onde as pessoas têm maior nível de informação e salários mais altos. Seja como for, ainda é um processo muito novo e muita gente ainda não está informada a respeito. Pelo que sei, a adesão não está tão grande assim, tan-

to é que a Funpresp criou uma ampla campanha de convencimento. Eles têm viajado o Brasil inteiro para fazer isso. Quando se entra no portal do servidor, a primeira coisa que aparece é a questão da adesão à Previdência Complementar. Eles têm produzido bastante material a respeito. Mas eu diria que é difícil fazer esse balanço agora. Ainda é um processo muito recente.

Adverso: Houve polêmica a respeito da administração e do modelo de gestão do Fundo de Previdência Complementar dos servidores públicos federais. Como está essa questão?

Rolim: Mudou pouco em relação ao que estava no projeto original, que previa que a Funpresp só poderia aplicar seu fundo no mercado financeiro. Prevvia também que cada banco poderia ter no máximo 40%, o que permitiria três bancos gerenciando o sistema. Houve três pontos de acordo no Congresso para aprovar o projeto. O primeiro foi esse, acabando com a exigência única de aplicação no mercado financeiro. A Funpresp poderá atuar como agente financeiro normal, como outros fundos de pensão – como a Previ – fazem, aplicando no mercado produtivo, diversificando investimentos. Os bancos diminuíram seu poder; dos 40% do projeto original só ficaram com no máximo 20% cada. Outra mudança foi a criação de um sistema solidário. Essas três mudanças foram boas, mas houve uma ruim, que dividiu a Funpresp em três fundos diferentes.

Adverso: Como assim?

Rolim: Tem a Funpresp do Poder Executivo, a do Poder Legislativo e a do Judiciário. Na realidade, o Legislativo não aderiu e não criou a sua fundação, porque não tinha quórum para isso, possui só 20 mil servidores, o que é insuficiente para capitalizar um fundo. Então, na prática ficamos com duas Funpresp: a do Judiciário e a dos demais servidores, o que obviamente é ruim, porque os juízes vão usar só a sua e terão privilégios que os outros servidores não terão.

Isso é ruim, mas os outros elementos são bons. Um deles, na realidade, cria a possibilidade de uma gestão que não se limite ao mercado financeiro. Além disso, essa gestão é paritária no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal.

Então, existe uma gestão compartilhada entre representantes do governo e dos servidores, o que pode permitir uma governança mais equilibrada do sistema. Agora, como qualquer previdência complementar, ela tem um elemento de altíssimo risco por conta das flutuações do mercado. Mas os acordos feitos no final do processo de tramitação no Congresso melhoraram o projeto. Não resta dúvida em relação a isso, ainda que permaneçam alguns pontos complicados intrínsecos a um fundo de pensão privado com as mesmas regras que regem esse tipo de fundo, com a diferença representada pela criação do sistema de solidariedade.

Adverso: Em que consiste esse sistema de solidariedade?

Rolim: O elemento de solidariedade se chama Fundo de Cobertura de Benefício Extraordinário (FCBE). Cada pessoa que vai aderir à Previdência Complementar colocará uma parcela mensal de dinheiro no fundo. Em uma previdência complementar normal esse dinheiro é colocado em uma conta individual que pertence exclusivamente à pessoa. Toda a aposentadoria deste indivíduo é financiada pelo que ele arrecadou, dependendo evidentemente da rentabilidade do fundo a qual pertence. O FCBE funciona como se fosse uma espécie de condomínio.

A pessoa, quando adere à Previdência Complementar, pode dizer que parte dos seus recursos deve ser colocada neste fundo que serve basicamente para três coisas – em primeiro lugar para equalizar a diferença de tempo de contribuição entre homem e mulher e professor do Ensino Básico, que tem aposentadoria especial. Funciona mais ou menos assim: a mulher, que tem 30 anos de contribuição, obviamente teria cinco anos a menos de dinheiro do que

o homem. Então, rigorosamente falando, se fôssemos fazer uma conta linear, ela teria de saída 17% a menos de aposentadoria; uma professora do Ensino Básico teria 40% a menos, uma diferença bastante expressiva. Quando a pessoa se aposenta, se for mulher, ela tem pago por esse fundo um incremento de 17% na sua aposentadoria ou de 40% se for professora do Ensino Básico. O valor inicial de sua contribuição é maior e essa diferença entre o que aportou e o que vai receber é coberta por esse fundo.

O fundo também cobre algo importante chamado benefício de sobrevivên-



“Fazer política sindical simplesmente repetindo que se defende a igualdade entre ativos e aposentados é não conseguir mais dialogar com uma parte expressiva da categoria, porque para metade dela esse discurso já não tem nenhum sentido”

cia, uma espécie de aposentadoria vitalícia, que normalmente não existe na Previdência Complementar. Em geral, a pessoal tem um valor “x” e, ao final do prazo de contribuição, esse valor é calculado e pago de acordo com o número de meses que ela tem para sobreviver, que é calculado pela tabela de expectativa de vida. Quando chega a hora da

aposentadoria, a pessoa olha essa tabela e vê quantos anos terá de ganhos. Quando termina o dinheiro, acaba o benefício e ela vai seguir recebendo o teto da Previdência, que é pago pelo governo (hoje R\$ 4.159,00). Pelo benefício de sobrevivência, se terminarem os recursos da contribuição e a pessoa ainda estiver viva, ela receberá do fundo complementar uma aposentadoria até morrer, com um pedágio de 20%. Ou seja, ela receberá 80% do que estava recebendo antes, e esse valor será para o resto da vida.

Por fim, o FCBE também cobre aposentadoria por invalidez e pensão por morte, dois elementos de solidariedade muito importantes que não existem em uma previdência complementar tradicional. O problema maior é que toda a imponderabilidade de uma previdência complementar continua existindo aqui. Quando se coloca dinheiro em um fundo, na verdade não se está guardando reais, mas sim cotas desse fundo. Toda vez que a gente faz um aporte, este é convertido em número de cotas de um bolo maior, que pode crescer e, ao final da vida, se pode ter um número de cotas que vale alguma coisa, mas que pode também acabar. Temos exemplos disso no País: Capemi, e Montepio da Família Militar. E temos exemplos também de fundos altamente lucrativos, que se tornaram grandes investidores no Brasil, como é o caso da Previ.

Adverso: Qual é a expectativa do volume de recursos que pode ser administrado pela Funpresp?

Rolim: Hoje ainda é muito pouco, pois está no início. Potencialmente se fala que, em dez anos, pode ser o maior fundo da América Latina e talvez um dos maiores do mundo. Cabe lembrar que o Brasil tem cerca de um milhão de servidores públicos. Estima-se que pode gerir recursos na casa dos R\$ 70 bilhões, ou seja, será um fundo para intervir na economia nacional. Não há nenhuma dúvida quanto a isso e é certo que vai participar da regulação do mercado financeiro no País. ▀

Parâmetro matemático auxilia diagnósticos de fragilidade óssea

Modelo criado em instituto da Ufrgs pode ser utilizado para inferir o risco de fratura de um paciente

por Araldo Neto



Organização Mundial da Saúde qualificou a osteoporose como a epidemia silenciosa do século XXI

O envelhecimento cada vez mais acentuado da população mundial tem elevado exponencialmente os casos de osteoporose no globo. A doença causada pela perda de massa óssea gera internações e custo elevado à saúde. Baseado nesse cenário, o professor do Instituto de Matemática da Ufrgs, Waldir Leite Roque, realiza estudos a fim de compreender a modelagem e a propriedade mecânica da estrutura óssea, também conhecida como estrutura trabecular. O trabalho mostra um resultado importante. A aplicação de um parâmetro matemático pode inferir o risco de fratura de um paciente, minimizando, assim, as chances de rachaduras ósseas.

Para compreender o estudo, é necessário ilustrar que o osso humano é constituído por duas partes: uma externa, mais sólida, e outra interna, conhecida como osso trabecular, além da medula. O conhecimento dessa estrutura interna do osso humano é vital para compreender o risco de fratura de cada paciente. Roque explica que o osso tra-

becular é relativamente semelhante a um edifício, constituído por colunas e vigas. Segundo ele, a diferença é que as trabéculas apresentam tortuosidade, o que não ocorre em um prédio. "Quando você analisa a estrutura, é importante observar o grau de conectividade. A de um edifício se torna íntegra até o momento em que você corta uma determinada viga. Eventualmente, pode não acontecer uma ruptura imediata, mas dependendo da carga que for colocada, essa estrutura pode ser abalada. É muito semelhante à estrutura trabecular", compara.

O professor da Ufrgs afirma que a degradação faz com que essas conectividades sejam perdidas ao longo do tempo. "Dependendo da carga, da força, aquela estrutura pode romper", informa Roque. A partir disso, o matemático desenvolveu um estudo sobre a conectividade trabecular e a influência da tortuosidade das trabéculas para a competência mecânica da estrutura. "A competência é o quanto esse organismo tem capacidade de receber, absorver e distribuir


carga sobre si”, ilustra. A composição trabecular saudável apresenta muita conectividade. Porém, quando o paciente passa para um quadro de osteopenia (de 10% a 25% de perda de massa óssea), até ser diagnosticada a osteoporose (acima de 25% de perda), o mesmo sofrerá diminuição de conectividades e as estruturas irão se tornando mais delgadas.

Através de um parâmetro matemático, o professor Roque afirma que é possível observar que a tortuosidade influencia na elasticidade da estrutura. Segundo ele, a composição pode ter menor ou maior rigidez e, também, ter a possibilidade de absorver mais ou menos carga, “dependendo da forma que se apresenta a tortuosidade daquela estrutura”. Relacionando os conceitos de tortuosidade, conectividade e volume de massa óssea, o estudo realizou uma série de simulações utilizando uma técnica matemática, conhecida como método dos elementos finitos.

Como resultado dessas simulações, o estudo obteve um parâmetro conhecido como módulo de Young, que informa o grau de elasticidade de uma estrutura. “A partir desses parâmetros, nós construímos uma quantidade que passou a ser chamada de competência mecânica da estrutura. Ela nos dá uma informação global sobre a capacidade de resistência daquela composição perante carga. Quando olhamos esse parâmetro de competência mecânica, nós conseguimos imediatamente identificar como se comporta a estrutura mecânica das trabéculas. Todas essas informações estão contidas neste único parâmetro de competência mecânica. Ele aponta o grau de fragilidade daquela estrutura trabecular”, revela Roque.

O professor da Ufrgs aponta ainda que foi feito um conjunto de amostras em ossos distintos do corpo humano, como rádio, responsável por muitos problemas de fratura

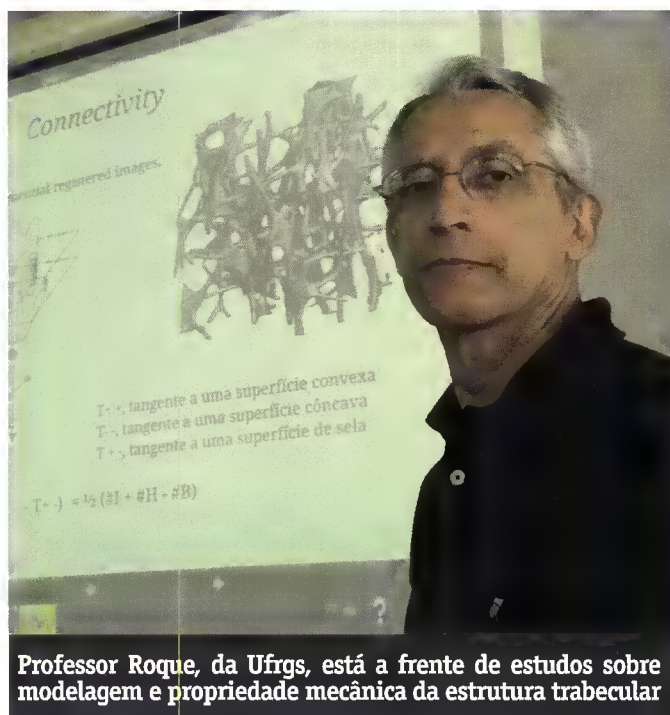
óssea; vértebras lombares; sítios ósseos (com grande incidência de fraturas). “Estas imagens foram obtidas por microtomografia computadorizada, o que só é permitido em amostras extraídas de cadáveres, em virtude da alta dose de radiação.” Posteriormente, outro estudo foi executado em 101 pacientes vivos, desta vez com imagens de ressonância magnética. O resultado apresentou uma “correlação muito boa” com as amostras em cadáveres combinadas com as amostras de pacientes vivos.

Segundo o professor, o resultado comprova que o parâmetro matemático pode ser utilizado, eventualmente, como auxiliar no diagnóstico de fragilidade da estrutura trabecular. “Nós não fornecemos uma quantidade que pode servir como índice de risco de fratura, mas sim um parâmetro que mede determinadas quantidades que são observáveis e que dá uma indicação sobre a fragilidade daquela estrutura perante carga”, informa Roque. De acordo com o matemático, a ideia é que o parâmetro de competência mecânica possa ser utilizado junto com outros parâmetros de análises clínicas, para inferir o risco de fratura de um paciente. “Sabendo o risco de fratura, se pode tomar medidas distintas. Esse é o objetivo para se chegar mais adiante, ter uma estimativa de risco de fratura” revela. 

Osteoporose atinge 10 milhões no País

A cada ano ocorrem cerca de 2,4 milhões de fraturas decorrentes da osteoporose no Brasil. Uma a cada quatro mulheres brasileiras com mais de 50 anos desenvolve a doença. Cerca de 200 mil pessoas morrem todos os anos no País em decorrência destas fraturas. Os locais mais comuns atingidos pela osteoporose são as vértebras, a cabeça do fêmur e o pulso. A cada ano, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem gastos crescentes com tratamentos de fraturas em pessoas idosas. Em 2009, foram gastos R\$ 57,6 milhões com internações e R\$ 24,77 milhões com medicamentos para tratamento da osteoporose.

Na Europa, estima-se que o custo anual chegue a € 31 bilhões com problemas causados pela fragilidade óssea. “As empresas e o sistema de saúde público começam a ter que se preocupar cada vez mais com os problemas decorrentes da osteoporose, porque a massa de pessoas que estão chegando a uma idade avançada é muito grande”, afirma o professor Waldir Roque, do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O problema é tão grave que Organização Mundial da Saúde (OMS) qualificou a osteoporose como a epidemia silenciosa deste século.



Sob o pêndulo das religiões

Brasil e demais países latino-americanos formam um caldeirão de diversidade em cultos e rituais que influenciam decisões mesmo sob um estado laico

por **Patrícia Comunello**



Em pleno voo de volta a Roma, em julho do ano passado, a reposta do Papa Francisco a uma repórter da TV Globo correu o mundo. Indagado sobre o lobby gay, o maior líder da Igreja Católica, que havia experimentado um banquete de popularidade na Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, disse: “Se uma pessoa é gay e procura Jesus, e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?” A declaração, mesmo para uma maioria de nações que separou há mais de século a Igreja do estado, é relevante, ainda mais quando parece dialogar, ao invés de condenar opções sexuais.

No caso brasileiro, a atenção é em dose reforçada, ante o predomínio de católicos na população que declara ter um credo, sem contar pentecostais e neopentecostais, bancada evangélica no Congresso e a reação a mudanças como reconhecimento da união homoafetiva, da reprodução assistida, do aborto, etc. Vive-se em um estado laico, mas a zona de influência de valores religiosos está surpreendentemente à flor da pele social e suas consequências. Para entender isso tudo e muito mais – o Brasil e demais países latino-americanos formam um caldeirão de diversidade em cultos e rituais –, a Ufrgs virou, por quatro dias de novembro passado, a própria fogueira do debate e atualização em pesquisas da 17ª edição das Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. O evento teve ainda uma mostra de filmes e fotografias que revelaram a riqueza do tema. Algumas das imagens ilustram esta reportagem.

O encontro promovido pela Associação dos Cientistas Sociais

da Religião do Mercosul (ACSRM) e organizado pelo Núcleo de Estudos da Religião (NER), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Ufrgs, serviu para mergulhar nas diferentes percepções sobre a presença desses temas, e os questionamentos que geram. O antropólogo Emerson Giumbelli, coordenador do evento e professor do PPAS, destaca que foram selecionados 470 trabalhos, que fizeram parte de 25 grupos temáticos, que abordaram desde a relação de religião e política até juventude e conexões com a arte, cinema e literatura. “Foi importante para estabelecer diálogo e sintonia entre as áreas”, frisa Giumbelli, ressaltando o impulso dado pelo NER nesta interlocução e na inserção da Ufrgs na área de estudos na região. “No Brasil, o catolicismo perde fieis, mas promove megaeventos como a Jornada Mundial da Juventude. Os evangélicos, em expansão, mostram-se muito diversos e ao mesmo tempo formam bancadas nas casas legislativas. Os espíritas são quase invisíveis nas ruas, mas mantêm ou inspiram a produção de livros, peças e filmes. Os afroreligiosos pouco aparecem nas estatísticas, mas vêm conquistando cada vez mais espaço e respeito”, diagnostica o antropólogo, para depois questionar: “Como pode se dar a convivência entre essas correntes, identidades e transformações?”

O coordenador do evento lembra que para certos pontos de vista, a religião é sempre uma resposta ou uma solução, e para outros, pode ser um problema e uma pergunta. “Atualmente, mundo afora, as sociedades vivem os dilemas da diversidade cultural e os

- 01 - Festividade del Ekeko e miniaturas. Mulher reza em frente a uma virgem em altar improvisado. Autor: **Amalia Vargas** / Bolívia / 2010.
 02 - Altar a Gauchito Antonio Gil, devoção popular Argentina. Autor: **Desconhecido** / Argentina / 2012.
 03 - “Cuerpos dóciles”, meditación masiva en Palermo bajo la dirección del Sri Sri Ravi Shankar. Autor: **Fabián Claudio Flores** / Argentina / 2012.
 04 - Vestir-se de arjo II. No mundo dos personagens da dramatização da Paixão de Cristo Autor: **Edilson Pereira** / Brasil / 2009.
 05 - Imagen del Gauchito Gil (santo popular) en la Fiesta de Oxum en el Río de la Plata Autor: **Alejandro Frigerio** / Argentino / 2009.
 06 - Festa de Vesak Baño de Buda. Autor **Alejandro Frigerio** / Argentina / 2013.
 07 - “Boda Yorùbá”. Casamiento tradicional Yorùbá. Autor: **Dario La Veja** / Argentina / 2011.

desafios da desigualdade social. Esse quadro é um exemplo de como a religião pode se apresentar como um problema instigante, como uma pergunta que insiste em se fazer”, provoca o professor da Ufrgs, integrante do NER. E neste ambiente emergem fatos como a perda de espaço da instituição chefiada por Francisco – o Censo de 2010 apontou que 123 milhões de pessoas se declaram católicas (64,6% da população, chegando a 70% no Sul), mas já foram 91,8% em 1970, o que não implica menos força.

“Há decréscimo, o que não quer dizer que a Igreja Católica não encontre outros espaços para afirmar sua presença, prova é a linguagem renovada para falar com os jovens modernos, por meio do movimento Bote Fé”, exemplifica Giumbelli. A antropóloga e pesquisadora do CNPQ Regina Novaes, que foi palestrante das jornadas, adverte que a tese de que o avanço da ciência reduziria o espaço da religiosidade entre jovens não se confirmou. As novas gerações podem não se declarar católicas, mas elas se destacam, esclarece Regina, em uma categoria na qual o jovem afirma não ter uma religião, mas não se diz ateu ou agnóstico.

“Os jovens de hoje, por não seguirem a religião dos pais, estão à procura, experimentam várias possibilidades, o que pode resultar em uma afiliação a uma religião ou fazer sua própria síntese”, elucida a pesquisadora. “São religiosos sem religião.” Outro fato é que se registra uma religiosidade crescente entre as famílias, com perfil “globalizado”. O que inclui desde as manifestações tradicionais a alternativas para o mundo ocidental, como o budismo, que cresce no País. Estudiosa da área de juventude e religião, Regina assinala que há no Brasil “um laboratório de trânsito religioso”, que gera novas configurações. Jovens do hip-hop adeptos do budismo, membros do afro-reggae que experimentam vertentes indianas. “Eles exploram mais alternativas, em um sincretismo de manifestações religiosas e tendência à diversidade. Isso não existe em outros países”, demarca a antropóloga.

A invasão de valores que deveriam se restringir ao universo religioso acaba agindo sobre questões da esfera de regras e normas da sociedade. No caso brasileiro, verifica-se uma ascensão sobre temas como aborto, casamento gay e reprodução assistida. Este fator é sintomático em países com maioria católica. “Muitos confundem. O estado tem o papel de viabilizar, reconhecer e criar novos direitos. O papel das religiões é de agregação social, elas podem encerrar um preconceito como valor moral, mas não discriminar”, previne Regina, que condena o uso do espaço público para impor sua mensagem religiosa (recado direto a bancadas de deputados evangélicos).

Giumbelli contrasta com outras nações com formação no catolicismo, como Argentina e Portugal, que avançam em leis de aborto e casamento de homossexuais. “São países católicos, mas não quer dizer que não possam promover modificações em assuntos tabus.” A socióloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Maria das Dores Campos Machado opina que há manifestações mais e menos flexíveis entre evangélicos sobre a união gay e aborto. “A questão do aborto é mais difícil, do que a união civil”, pondera Maria das Dores, apontando que alguns setores do pentecostalismo entendem que a bandeira do LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros) é legítima. “Podemos ter surpresas boas no futuro.”


Parceria da Ufrgs com a Universidade de Roma

A combinação moral e religião será a próxima frente de reflexão e que unirá centros de estudos da Ufrgs e da Universidade de Roma, na Itália. A dobradinha já virou subárea de pesquisa da linha Sociedade e Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Ufrgs. Uma parceria institucional está em construção, com desfecho previsto para o primeiro semestre deste ano, gerando canais de intercâmbio para estudantes, pesquisas entre grupos das duas instituições, missões de estudos e troca de docentes visitantes, projeta a professora da Graduação e do PPGS da Ufrgs e coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Durkheimianos, Raquel Weiss.

O acordo aproximará a unidade dirigida por Raquel e o Centro de Estudos e Documentação das Religiões e Instituições Políticas das Sociedades Pós-Seculares, da Università di Roma Tor Vergata, coordenada pelo sociólogo e professor da instituição, Massimo Rosati. Um gostinho do que a empreitada deve fomentar foi experimentado nas Jornadas sobre Alternativas Religiosas. Rosati foi um dos conferencistas, abordando o tema do pós-secularismo na Turquia. Na segunda passagem por Porto Alegre em um ano (a primeira foi no evento internacional em 2012 sobre os 100 anos do clássico do francês Émile Durkheim, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*), o italiano travou um rápido contato com alunos e professores e destacou os potenciais de estudos em Sociologia da Religião.

Raquel detalha que o convênio proporcionará troca de ideias e informações de forma permanente. “Vamos aprofundar o debate sobre o papel das religiões no mundo contemporâneo, do ponto de vista teórico e empírico”, adianta a coordenadora do centro de estudos da universidade gaúcha. Com esses movimentos, ela ressalta que a intenção é consolidar o campo de pesquisa. A iniciativa reforçará a posição da Ufrgs, que já desenvolve trabalhos acadêmicos unindo Antropologia, História e Educação na plataforma do NER. “Agora poderão contar também com os sociólogos”, avisa a docente.

Para quem estranha as conexões entre o mundo da ciência sociológica e religião, Raquel apresenta os precursores. Desde os chamados clássicos como Durkheim (mais flagrantemente) e Max Weber, rituais e manifestações na esfera da espiritualidade figuram com peso decisivo para compreender os estágios de desenvolvimento e as relações nas sociedades. “Para Weber, compreender a dinâmica social que engendrou a modernidade implica entender o processo de racionalização promovido pelas diversas formas de religião”, pincela a docente do PPGS.

No pensamento durkheimiano, despontam as duas vertentes: “O francês via na religião um fenômeno central da vida social afirmando que sempre há um elemento social na vida religiosa e algum elemento religioso na vida social”, conecta a socióloga. Um dos grandes debates contemporâneos, acrescenta Raquel, foca a secularização e em que medida a zona de influência da religião está mais ou menos presente. As possíveis respostas podem ser o primeiro desafio a ser destrinchado pela nova parceria. 

Série de iniciativas buscam inibir violência em campi da Ufrgs

Medidas vão desde cercamento de unidades, melhoria no controle de portões e instalação de novos postos até rondas itinerantes monitoradas

por Ana Esteves



Alexandra Lazzarini, estudante de Ciências Sociais, foi uma das diversas vítimas de assaltos e outras ocorrências no Vale

Três tentativas de estupro entre 2012 e 2013 e a sequência de assaltos e furtos ocorridos nas proximidades do Campus do Vale somados aos ataques e roubos registrados no entorno do Campus Centro mobilizaram a comunidade acadêmica da Ufrgs e a Coordenadoria de Segurança da Universidade no sentido de incrementar ações para coibir atos de violência. Um ano após sua última publicação sobre o tema, a reportagem da Revista Adverso apurou que medidas vêm sendo tomadas paulatinamente como o cercamento das unidades, controle mais efetivo nos portões dos campi, e instalação de postos de vigia nas duas entradas do Campus do Vale, no pórtico e no Instituto de Pesquisas Hidráulicas. De acordo com o coordenador de Segurança da Instituição, Daniel Augusto Pereira, no decorrer deste período não foram registradas novas ocorrências no Campus do Vale, onde antigamente aconteciam inúmeros crimes.

“Ainda implementamos sistema de monitoramento com câmeras 24 horas e contamos com iniciativas das faculdades que têm unidades de controle próprias”, destaca Pereira. Segundo ele, também foi ativada uma linha de ônibus para que os alunos possam circular pelo anel viário do Campus do Vale. “A intenção da Universidade é dar maior tranquilidade e evitar que se ande muito a pé”, justifica Pereira. Podas de árvores e incremento na iluminação também são elencadas pelo gestor na lista de melhorias em prol de mais segurança para alunos e professores.

Ações neste sentido amenizam o medo de parte da comunidade

de acadêmica do Vale que até há pouco tempo vivia aterrorizada. Entre os crimes que ocorreram em 2012, por exemplo, está o de uma jovem de 22 anos que foi amarrada sem roupas e agredida a socos em um matagal do interior do Campus. Cercado por uma mata fechada, o Vale é um dos espaços da Ufrgs que registraram as ocorrências mais graves nos últimos anos. Em função disso, grande parte do contingente de segurança da Universidade se concentra naquele local.

“No Campus do Vale disponibilizamos 31% do efetivo de segurança orgânica, composta por funcionários da Ufrgs, e 47% de terceirizados”, enumera Pereira. Ele não sabe informar o volume preciso de seguranças que atuam na Universidade, mas assegura que todas as unidades são contempladas com equipes de vigilantes. “Houve aumento de efetivo de terceirizados nos últimos anos, e, além disso, há uma ampliação paulatina do número de postos: são 188 postos de 12 horas, com quatro vigilantes em média. Já o número de efetivados tem se reduzido, pois há mais aposentadorias do que concursos”.

Fora do eixo do Vale, as principais queixas se concentram no entorno do Campus Centro, além dos muros da Universidade, como no Parque da Redenção, na Praça Argentina, nos corredores de ônibus e viadutos. Ali, 70% dos casos ocorrem em plena luz do dia. “Em função disso, recorreremos à Brigada Militar (BM). Os alunos também se mobilizaram e conseguimos policiamento mais efetivo no último semestre”, conta o coordenador de Segurança. Segundo



Ana Esteves

O coordenador de Segurança da Ufrgs, Daniel Pereira, afirma que “o crime faz parte da sociedade”

Pereira, a BM atua em duas frentes: na inteligência, com o objetivo de saber quem são os bandidos e como agem, e no policiamento ostensivo. O efetivo foi espalhado pela região, uma vez que alunos do Colégio Rosário e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcsa), também foram vítimas de meliantes. “A ordem é manter esta ação. Há as prisões, mas, quando não são feitas em flagrante, muitas vezes os bandidos são soltos.”

Apesar dos registros feitos pelos alunos, Pereira afirma que, de um modo geral as situações são consideradas “tranquilas”: “Não há sociedade sem crime. Porto Alegre registra, em média, 45 furtos e roubos de veículos por dia. Na Universidade, tivemos dois roubos nos últimos quatro anos, não é índice que atemorize. Já o Campus do Vale é *sui generis*, nada é 100% seguro. Sempre digo que 90% é prevenção, 5% reação e 5% sorte, pois o crime faz parte da sociedade.”

Ainda de acordo com Pereira, é fundamental que os delitos sejam registrados. Para isso existem três vias: a comunidade da Ufrgs pode fazê-lo pelo portal serviços da Universidade, através do site www.ufrgs.br, diretamente ao vigilante do quadro ou terceirizado, ou em delegacia de polícia (DP). “Para casos mais graves, como furto qualificado, roubo de carro, ou crime com violência, indicamos o registro nas DP’s. Extravio de documentos ou dos selos do estacionamento podem ser comunicados via portal ou direto com os seguranças.” O coordenador alerta que, além do que acontece nas dependências da Universidade, também as ocorrências no entorno dos campi devem ser registradas.

Mobilização para reduzir violência

Alunos do Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue) formaram um grupo de trabalho com foco no monitoramento e registro de ocorrências de ações violentas na região do Campus Centro da Ufrgs. Eles criaram um formulário eletrônico hospedado no Google Docs para receber relatos de ocorrências. “Chamamos de Raio X da segurança — Campus Centro Ufrgs e arredores. O objetivo é melhorar a segurança da região, através da compilação de dados mais concretos já que se trata de um

problema recorrente”, explica o ex-presidente do conselho do Ceue, Leonardo Pereira, que é aluno na Engenharia Metalúrgica da Universidade.

Logo que foi criado, o formulário contou com 200 entradas em menos de duas semanas. Hoje totaliza 381. O pessoal da BM que coordena o policiamento tem acesso aos dados, o que ajuda no plano estratégico de combate ao crime. “As ocorrências diminuíram bastante, mas continuam sendo feitos registros, para que ações possam ser tomadas”, diz Leonardo Pereira. O estudante de Engenharia conta que entre os crimes, a imensa maioria é assalto e tentativa de assalto. Também há registros de roubos, agressões e ameaças — quase todos fora dos muros da Ufrgs. A parceria com a Brigada Militar tem sido intensificada, com a troca de informações entre as instituições, inclusive com o envio de fotos para reconhecimento de suspeitos.

Durante encontro com representantes da Ufrgs, alunos receberam informações sobre o papel dos seguranças. “Nos disseram que os terceirizados da empresa Rudder não apenas podem como devem atuar em qualquer tipo de ocorrência dentro dos campi, e não apenas em casos relativos a dano ao patrimônio”, esclarece Leonardo Pereira. Os estudantes também foram alertados sobre a importância de se manterem mais atentos ao circularem pelo entorno do Campus Centro. “A maioria dos assaltos perto das entradas acaba sendo facilitada por distração de quem está usando telefone, tablet ou notebook.”

Sindicância administrativa apura ocorrências

O coordenador de segurança da Ufrgs, Daniel Augusto Pereira, afirma que irregularidades, bem como furtos, roubos e outras ofensas ao patrimônio público são apuradas através de sindicância administrativa no Âmbito das Unidades Administrativas e/ou acadêmicas onde os fatos ocorreram, devendo seguir uma série de procedimentos. “Quando se tratar de furto, roubo ou arrombamento, o local deverá ser isolado e a Polícia Federal deve ser acionada para proceder ao exame pericial, comunicando imediatamente a coordenação de segurança da Universidade”, ilustra. O documento noticiando o fato é encaminhado e, em um prazo de cinco dias, pode-se proceder a abertura de processo administrativo e encaminhá-lo ao Núcleo de Assuntos Disciplinares para registro e acompanhamento.

Pereira destaca ainda que é importante que a comunidade conheça os serviços de vigilância de cada campi, sua localização e que mantenha uma relação próxima com este setor. No Campus Centro, o serviço possui viatura ostensiva para o atendimento de ocorrências. Está localizado nos fundos da Faculdade de Direito e mantém um plantão diário de 24h. No Campus Saúde, o serviço também mantém patrulha, que funciona 24h, localizado junto ao restaurante universitário (RU). No Campus Olímpico são realizadas rondas itinerantes monitoradas, além de vigilância 24h fixa no local. No Campus do Vale é realizado patrulhamento a pé e motorizado, com todas as unidades guarnecidas de vigilantes terceirizados que prestam reforço junto ao RU e assistência no ambulatório, além de prestação de socorro. ☛

Reconhecimento de Saberes e Competências no EBTT estreia no decorrer de 2014

Período testará a força do novo modelo, que cumpre acordo selado com o governo federal em 2012

por **Patrícia Comunello**



O ano de 2014 será diferente, e não se trata de chavão. Para parte dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no País, o calendário marca a estreia do Reconhecimento de Saberes e Competência (RSC). Com regras gerais definidas no início de dezembro de 2013 pelo Conselho Permanente para RSC (CPRSC), o mecanismo que permitirá agregar uma parcela ao vencimento nos moldes da Retribuição por Titulação (RT) desperta atenção até em segmentos do Magistério Superior (MS). A regra compensará até certo limite a ausência de titulação para turbinar a remuneração, contemplando principalmente quem está na carreira há mais tempo. Resolução a ser publicada pelo Ministério da Educação (MEC) estipula os perfis e níveis de RSC e as prerrogativas gerais para acesso. Cada instituição criará suas normas, conceitos e pontuação para aplicar o sistema (confira mais detalhes na página 20).

O ano testará a força do novo modelo, que cumpre acordo selado com o governo federal em 2012, e elevará a exigência e maturidade dos docentes e sua representação em formatar e aplicar o sistema de avaliação. E a razão é simples. Após a etapa concluída no CPRSC (formado por governo e membros de entidades ligadas às gestões das unidades de EBTT e a sindicatos) que formatou o modelo geral a ser adotado, caberá

a cada instituição construir o seu rol de critérios para definir o acesso do professor ao reconhecimento. Esta autonomia é uma vantagem, destacam dirigentes do Proifes-Federação, de lideranças de outros estados e da Adufrgs-Sindical. E aqui vai outro motivo óbvio: o plano se ajustará ao perfil da instituição, seja ela de educação básica, técnica ou tecnológica.

“Não tinha como definir um padrão para todo o Brasil. A preocupação é em não homogeneizar as propostas, para que a instituição siga sua vocação”, valoriza o vice-presidente do Proifes, Nilton Brandão, que também preside o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Paraná (Sindiedutec-PR). “Não queremos nenhuma receita pronta, baixada pela gestão.” O 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical e integrante do CPRSC, Lúcio Olímpio Vieira, destaca que a prerrogativa respeita a organização das instituições e participação da comunidade docente. “Trata-se de valorizar o aspecto democrático do processo”, resume.

O vice-presidente do Proifes incentiva que as instituições que já forem definindo suas plataformas possam tornar público seus planos para servir de referência. As mais adiantadas são as unidades de EBTT da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto Federal do Paraná (IFPR). A preocupação dos representantes docentes no CPRSC

é que em muitas regiões “a ficha ainda não caiu”, pois os responsáveis “não se mexeram” para estabelecer a organização que definirá as regras. Brandão, ligado ao IFPR, lembra que não é preciso esperar a publicação da resolução do MEC. Um fator que tranquiliza é que está assegurada a aplicação retroativa a março de 2013, quando a RSC foi oficializada.

No Rio Grande do Sul, o Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado (IFRS) deu aval em 17 de dezembro à criação de uma comissão com representantes de docentes, da gestão e do próprio conselho para tocar o processo. O roteiro prevê que a plataforma de regras seja depois validada pelo Consup, e, na sequência, enviada ao exame de uma comissão nacional. Representante do IFRS no colegiado da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Clúvio Buenno Soares Terceiro avalia que o RSC oferecerá alternativa a quem não teve a chance de fazer a titulação, mas ressalta que “só isso não será suficiente”. “Precisa ter uma política para que o professor faça a sua formação”, defende Soares Terceiro. Sabe-se, ao mesmo tempo, que as novas gerações de docentes ingressam com formação acadêmica mais elevada, uma cultura que é consolidada nas universidades, pondera.

Quanto à homologação da proposta de cada instituição, Vieira avalia que a instância nacional fará uma verificação sobre o respeito às normas e à legalidade, sem analisar o mérito do plano. “E pode servir de instância recursal, a ser buscada por quem se sentir prejudicado”, vislumbra o dirigente.



1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Vieira, afirma que o RSC não substitui as demais formas de aprimoramento, como mestrado e doutorado

“Foi um resguardo que o governo colocou para garantir que não se faça ‘um trem da alegria’, e que qualquer coisa seja válida”, explica o 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical. Mesmo que este protocolo amarre um pouco o processo, o vice-presidente do Proifes justifica que a medida teve apoio para evitar qualquer risco de desmoralização. “É algo sério, que precisa atestar a competência e ser uma vantagem legítima”, arremata Brandão.

Seriedade, sem obstáculos

O modelo de definição de critérios em cada estabelecimento contemplará a especificidade local, de forma qualitativa e quantitativa. “A RSC cumpre perspectiva de sanar a injustiça cometida ao longo da história, principalmente em relação aos professores mais antigos”, pontua o dirigente do Proifes, Nilton Brandão. A minuta da resolução estipulou três níveis de RSC, com requisitos de comprovação para poder migrar, o que inclui relatórios e memoriais a serem feitos pelos pretendentes. “Isso não pode significar um conjunto de obstáculos até o profissional alcançar a meta. Não é para complicar a vida de ninguém”, opina o 1º vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Vieira.

Alguns cuidados deverão ser tomados na condução dessa etapa. O primeiro é que o RSC não deve ser confundido com ter mais critérios de progressão funcional, norma que tem sua própria dinâmica. A ressalva está presente no artigo 4º da minuta do CPRSC. “O mecanismo não permite evoluir na carreira. O docente continua exatamente onde estava”, ressalta o representante do Sindicato, reforçando que o reconhecimento permitirá uma remuneração pela retribuição (semelhante à da titulação). Para Vieira, o RSC não substitui também as demais formas de aprimoramento, como mestrado e doutorado, item alvo de alerta na futura resolução (artigo 5º). “O novo mecanismo possibilita a valorização do domínio do conhecimento e sua consistência na área profissional que interessa à instituição”, completa o dirigente.

Avaliadores internos e externos julgarão os currículos e credenciais dos candidatos a RSC. Eles comporão uma comissão especial com 50% de membros sorteados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) entre inscritos da própria instituição e os outros 50% de examinadores externos de um banco nacional de avaliadores. A atuação desses docentes internos e externos poderá ser remunerada, como gratificação por encargos de curso ou concurso, prevista em regras do MEC. Na definição das normas gerais, a dirigente do Proifes-Federação e do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Natal (ADURN-Sindical) e integrante do CPRSC, Gilka Pimentel, foi uma das defensoras da adoção de critérios diferentes para comprovação de pontuação exigida para quem está há mais de 20 anos na carreira ou entre 15 e 20 anos.

Na UFRN, Gilka conta que foi criada, em setembro de 2013, comissão interna de professores para cuidar da pro-



O vice-presidente do Proifes, Nilton Brandão (esq.), destaca que a categoria não quer nenhuma "receita pronta"

posta da promoção e progressão, e dos critérios de RSC. A instituição tem quatro unidades de EBTT e soma mais de 180 docentes. A estratégia foi coordenar definições do conselho permanente (nível federal) com as expectativas internas. Os dois modelos estão fechados e em exame na gestão. Gilka ressalta que há um acordo para criar uma CPPD para o EBTT na UFRN. "Está na lei que a avaliação de RSC e das demais progressões deve ser feita por docente da carreira de educação básica, técnica e tecnológica", esclarece a dirigente na base do Rio Grande do Norte.

Gilka orienta ainda que é importante elaborar critérios das atividades de cada estabelecimento de ensino. "Brigamos muito na comissão para ter autonomia. Cada instituição sabe

o peso que as atividades têm dentro da relevância, seja ensino, pesquisa ou extensão. Os critérios têm de representar o contexto, para que os docentes se sintam contemplados", demarca a dirigente do ADURN-Sindical.

Hora do reconhecimento

A química industrial Regina Felisberto dedicou boa parte da sua trajetória de docente no atual IRFS a construir a estrutura acadêmica para formar futuros técnicos em análises químicas. Regina recorda que montou cursos e disciplinas, definiu competências da formação na escola e elaborou publicações dos conteúdos que não estavam disponíveis em livros, entre outras atividades. "Era uma necessidade real, e isso tudo está registrado. Por causa disso, minha opção foi não sair para fazer mestrado", esclarece a docente que atua no IRFS - Campus Porto Alegre.

Regina acabou conseguindo ingressar no mestrado anos depois, mas sem se afastar da rotina de ensino. O mesmo se repete agora no doutorado. Diante da iminência do RSC, a professora se prepara para buscar o nível 3, que equivaleria a doutorado, considerando a RT. "Devo pedir mesmo antes de concluir o doutorado. O RSC reconhece o saber, e é importante que se especifique a trajetória e se defina critérios", opina a docente, que ressalta a seriedade do processo que estipulará as regras.

"Quem tem mérito, tem de poder alcançar esse reconhecimento. Afinal, quem não saiu para fazer mestrado e doutorado está fazendo o quê? Precisa ter formas de dimensionar isso." A docente de técnicas em análises químicas avalia que "não se trata de criar facilidades nem dificuldades, mas de ser justo" com quem tem esta importância. E Regina vislumbra que o novo mecanismo servirá para injetar mais ânimo a quem está na carreira. "É pesado dar aula e fazer doutorado, mas não vou desistir. O título me qualificará e significará crescimento pessoal, não é só para ter maior remuneração."

Da área de técnicas de secretariado, a docente Gleidhe de Oliveira tem 22 anos de EBTT e cita que encarou desafios quando houve a mudança do ensino técnico, com nova formatação e mais autonomia. "Sou de uma época em que a gente se dedicava à formação dos alunos e não olhava para a qualificação. Hoje os docentes já entram com toda a titulação", contrasta Gleidhe, que se empolga com a chance de se habilitar ao RSC. "Seria importante e gratificante, pois não tivemos esta preocupação tão forte para aprimoramento. Fiquei dividida entre atender os alunos e acompanhar a evolução do mercado profissional e as mudanças curriculares. Fui avaliadora do MEC, atuei em outras universidades, e nos preocupamos com o impacto da nova LDB para garantir excelência e qualidade da formação", lista a docente de secretariado. "Não paramos para nos olharmos", constata Gleidhe, um tanto desconcertada. Até as atribuições familiares, com filhos e outras tarefas, concorriam para dificultar a qualificação. Ela começou mestrado, mas ainda não concluiu.



Regina Felisberto, do IRFS: "O RSC reconhece o saber e é importante que se especifique a trajetória e se defina critérios"



Dirigente da ADURN-Sindical, Gilka Pimentel, argumenta que cada instituição sabe o peso que as atividades têm no ensino, na pesquisa ou na extensão

Professora do eixo Hospitalidade e Lazer do IFRS Campus Restinga e integrante da CPPD da instituição, Hernanda Tonini avalia que o reconhecimento de saberes corrigirá as dificuldades impostas aos mais antigos pelas mudanças da carreira. Sem atender a parâmetros de titulação, quem estava há mais tempo na carreira enfrentou dificuldade para acessar benefícios. “Está correto fazer exigências e ter pré-requisito, mas não pode deixar de lado quem contribui há mais tempo. As mudanças no plano de carreira acabaram com as chances de muitos ascenderem”, observa Hernanda, citando que um título também não é garantia de um profissional altamente qualificado. “Isso terá de ser construído. O RSC tem de estar de acordo com a busca de qualidade na instituição. Não pode ser visto como algo que vai compensar a falta de oportunidade de quem não fez titulação”, previne a docente.

O mecanismo pode criar condições para equiparar e motivar os diferentes perfis. “As exigências da carreira continuam. Não é só ser paternalista”, ressalta Hernanda, que considera decisiva a fase de elaboração das regras, pois é este regulamento que possibilitará equilibrar a titulação acadêmica e o RSC. Ela também alerta que devem ser criadas oportunidades para os docentes fazerem cursos, condicionados a espaço no banco de professores, tema que é tratado pela CPPD que analisa os pedidos. A comissão deve sugerir regras para padronizar a avaliação dentro das 12 unidades do IFRS, adianta Clúvio Soares Terceiro.

O diretor da Adufrgs-Sindical e docente do Colégio Aplicação (CAP) Edson Lindner, destaca que a unidade vive situação atípica. Por estar vinculada à Ufrgs, o CAP é depen-

dente dos movimentos da Universidade. Mas um avanço é que devem ser criadas comissões com representantes do EBTT para definir não só os critérios do RSC como para progressão e promoção. Lindner lembra que a direção do colégio acompanhou de perto as discussões em Brasília e espera que em janeiro haja convocação para avaliar os procedimentos. “Muitos colegas poderão se enquadrar. São pessoas que atuaram muito tempo na instituição e não tiveram oportunidade de sair para fazer sua qualificação e já estão praticamente em fim de carreira”, cita o dirigente. “Parte deles só aguarda a definição da RSC para se aposentar.”

Teste que pode gerar exemplo

Os docentes ganham força no novo processo, e responsabilidade adicional, previne Lúcio Vieira, da Adufrgs-Sindical. Por meio das comissões, os professores analisarão a história dos colegas, com efeito financeiro em suas vidas – o que repercute na sociedade, ao gerar mais despesas públicas. “Em um primeiro momento, isso tem impacto positivo, mas, se não for algo sério, pode, com o tempo, gerar desmoralização do próprio mecanismo, com um custo político muito maior”, previne o dirigente, advertindo para um aspecto que exige atenção.

O grande mérito do RSC, ressalta Vieira, foi ter conferido um valor (retribuição) idêntico ao que o professor recebia por uma titulação. Neste confronto, há uma diferenciação a ser feita: no reconhecimento de saber se premia algo já feito e que o docente domina, enquanto no modelo tradicional ocorre uma aposta no retorno que a formação acadêmica aportará. “Esse valor é extremamente importante, pois quebra um paradigma”, sentencia Vieira, lembrando que as universidades são fundadas na titulação. Diante do desafio, o vice-presidente da Adufrgs-Sindical reforça o trabalho das comissões para que este novo mecanismo se consolide no cenário nacional, angariando o mesmo prestígio no futuro que a valorização pela titulação.

E a aplicação do RSC já começa a despertar atenção de segmentos das universidades, antecipa Vieira. Demandas começam a surgir em algumas graduações onde a titulação não seria a condição determinante para exercer a atividade, revela o dirigente. A natureza da universidade, que prima pelo maior contingente com doutorado poderia ser revista para algumas situações. “Se a experiência do EBTT for positiva, isso pode ter repercussão imediata em 2014, na discussão da nova carreira”, cogita.

Esta flexibilidade, ou seja, a adoção do RSC no MS, poderia ser alternativa em instituições que estão fazendo forte interiorização e não estão conseguindo preencher todas as vagas de doutores. O 1º vice-presidente da Adufrgs lembra que a mudança na previdência dos servidores, que se aposentam agora apenas pelo teto do regime geral, também influencia. Em muitos casos, só a estabilidade não é suficiente para atrair candidatos à carreira. “A remuneração pesa mais”, observa Vieira. ☺

Como deve funcionar a RSC

Itens da minuta da resolução que norteará a proposta de cada instituição:

- **O que é o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC):** processo que considera conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional e atividades na área acadêmica do docente. Dará acesso à remuneração por retribuição de titulação (RT), a partir de critérios qualitativos e quantitativos e pontuação a ser aprovada pelo conselho de cada instituição. Uma comissão especial, com 50% de avaliadores internos e 50% de externos fará o processo de enquadramento em cada nível de RSC de acordo com as regras adotadas.

- **São três níveis:**

RSC-1 - Experiências individuais e profissionais, atividades de docência e/ou orientação, e/ou produção de ambientes de aprendizagem, e/ou gestão e/ou formação complementar.

RSC-2 - Participação em programas e projetos institucionais, participação em projetos de pesquisa, extensão e/ou inovação.

RSC-3 - Destacada referência do professor em programas e projetos institucionais e/ou de pesquisa, extensão e/ou inovação.

- **Equivalência entre níveis e titulação (para fins de RT):**

I - Diploma de graduação mais RSC-1 = especialização.

II - Certificado de pós-graduação *latu sensu* (especialização) mais RSC-2 = mestrado.

III - Certificado de mestrado mais a RSC-3 = doutorado.

- **Creritrios para avaliar a concessão de RSC:**

RSC-1: Experiência na área de formação e/ou atuação do docente, anterior ao ingresso na instituição (incluindo impacto das ações nas demais diretrizes para todos os níveis do RSC), cursos de capacitação na área de interesse institucional, atuação nos diversos níveis e modalidades de educação, atuação em comissões e representações institucionais, de classes e profissionais, produção de material didático e/ou implementação de ambientes de aprendizagem nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação, atuação na gestão acadêmica e institucional, participação em processos seletivos, em bancas de avaliação acadêmica e/ou de concursos, e outras graduações na área de interesse, além daquela que o habilita e define o nível de RSC pretendido, no âmbito do plano de qualificação institucional.

RSC-2: Orientação de alunos em atividades de ensino, extensão, pesquisa e/ou inovação, participação no desenvolvimento de protótipos, depósitos e/ou registros de propriedade intelectual, participação em grupos de trabalho e oficinas institucionais, participação no desenvolvimento de projetos, de interesse institucional, de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação, participação no desenvolvimento de projetos e/ou práticas pedagógicas de reconhecida relevância, participação na organização de eventos científicos, tecnológicos, esportivos, sociais e/ou culturais, e outras pós-graduações *latu sensu* na área de interesse, além daquela que o habilita e define o nível de RSC pretendido, no âmbito do plano de qualificação institucional.

RSC-3: Desenvolvimento, produção e transferência de tecnologias, desenvolvimento de pesquisas e aplicação de métodos e tecnologias educacionais que proporcionem a interdisciplinaridade e a integração de conteúdos acadêmicos na educação profissional e tecnológica ou na educação básica, desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão que proporcionem a articulação institucional com os arranjos sociais, culturais e produtivos, atuação em projetos e/ou atividades em parceria com outras instituições, atuação em atividades de assistência técnica nacional e/ou internacional, outras pós-graduações *stricto sensu* na área de interesse, além daquela que o habilita e define o nível de RSC pretendido, no âmbito do plano de qualificação institucional, produção acadêmica e/ou tecnológica, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação.

- **Tratamento diferenciado por tempo de carreira do docente:**

- Menos de 15 anos: atingir 60% da pontuação prevista para o nível do RSC pretendido.

- Entre 15 e 20 anos (ingresso após 1993 e antes de 1997): atingir 50% da pontuação prevista para o nível do RSC pretendido.

- Mais de 20 anos (ingresso antes de 1993): deve atingir 40% da pontuação prevista para o nível do RSC pretendido.

- **Alerta:** dois artigos da futura resolução previnem que não deve ser estimulado o RSC em substituição à obtenção de títulos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), e em nenhuma hipótese o RSC poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para a promoção na carreira.

Fonte: Minuta da resolução a ser publicada pelo MEC e aprovada no CPRSC

Professora da Ufscpa comemora seu desempenho além da academia

por Araldo Neto

Divulgação / Arquivo pessoal



Ana Gorini (dir.) conquistou medalha de bronze na meia-maratona do Mundial Master de Atletismo em Porto Alegre

O ano de 2013 ficará marcado na memória da professora de Biologia Molecular da Ufscpa, Ana Gorini da Veiga, por causa da conquista de uma medalha. Mas se engana quem pensa que foi por algum trabalho acadêmico. Ela levou o troféu de bronze na meia-maratona do Mundial Master de Atletismo (MMA) que ocorreu recentemente em Porto Alegre.

Dedicada na academia e fora dela, a professora concilia a rotina diária de laboratórios e sala de aula com a das pistas de corridas. Além de um bom desempenho como atleta, Ana ostenta um currículo cheio de títulos e atividades em sua carreira acadêmica. Formada em Ciências Biológicas em 1999, ela buscou especialização em Biologia Celular e Molecular. Nesta área, ela cursou mestrado e doutorado na Ufrgs.

Desde 2006, a bióloga é professora da Ufscpa atuando principalmente nas áreas de Epidemiologia Molecular de vírus patogênicos humanos, biomoléculas farmacologicamente ativas e Bioinformática. Na Universidade, a docente ainda trabalha como orientadora de alunos nos Programas de Pós-Graduação em Patologia e em Hepatologia e coordena o Núcleo de Inovação Tecnológica em Saúde da Ufscpa (NIT-Saúde). A medalha conquistada no MMA vem a agregar o currículo esportivo de diversas vitórias em maratonas e meia-maratonas realizadas na América do Sul.

"Aninha", como é conhecida nas corridas, pratica o esporte há mais de 20 anos. Foi na pista de um colégio em Utah, nos Estados Unidos, que ela iniciou no esporte. No começo, o objetivo era apenas perder peso com a ati-

vidade. “Na primeira vez que fui correr por lá, eu tinha que tirar a neve com pá da pista do colégio. No começo era um sacrifício, mas comecei a tomar gosto pela coisa” afirma a professora e atleta.

De volta ao Brasil, em 1993, Ana Gorini resolveu continuar a prática nas aulas de Educação Física do Colégio Aplicação, em Porto Alegre. Enquanto todos corriam na quadra da Instituição, a futura maratonista preferia se aventurar pelas pistas do Parque Farroupilha (conhecido como Parque da Redenção). Para isso, era preciso que sua professora escalasse alguns rapazes da turma para acompanhá-la durante o percurso. “Na época, era muito perigoso correr ali. Às 17h, a Redenção já estava vazia. Não tinha essa onda de cuidar da saúde que existe hoje em dia”, recorda Ana. Entre 1994 e 1995, ela começou a disputar suas primeiras corridas de rua. Na sua faixa etária da época, quase ninguém praticava esta atividade. “Eu sempre corria por conta própria, com o objetivo de terminar as provas. Queria participar da rústica de dez quilômetros e tentar acabar a prova. Sempre levando muito na brincadeira”, revela Aninha.

Até 1999, a distância máxima que a professora de Biologia havia corrido tinha sido 20 quilômetros. Foi quando Ana Gorini resolveu dar “uma corridinha” com amigos que se preparavam para a Maratona Internacional de Porto Alegre. “Eles iriam fazer 25 quilômetros aquele dia. Eu acompanhei, e acabei chegando 30 minutos antes deles. Foi aí que eles me convidaram para participar da maratona”, conta a esportista. A primeira experiência em um evento deste porte superou a expectativa. Ana correu os 42 quilômetros em três horas e 26 minutos. A marca garantiu o primeiro lugar na categoria de 20 a 25 anos.

No ano de 2002, a hoje professora da Ufcsa se preparava para mais uma maratona de Porto Alegre, quando aceitou convite de seu pai para viajar à Europa. Cinco dias após chegar ao velho continente aconteceria a maratona internacional de Paris. O destino do pai era Barcelona, mas a paixão pela corrida levou Aninha à França. Ao final, mais um resultado surpreendente. Ela realizou a prova em três horas e nove minutos e foi a melhor sul-americana na corrida. “Quando eu terminei a prova já veio um monte de gente me entrevistar. Foi superbacana, quando voltei tentei divulgar isso, mas ninguém deu bola”, recorda. No ano seguinte, a professora embarcava aos Estados Unidos para fazer seu doutorado. Mais uma chance para disputar uma corrida internacional. Em uma prova cujo percurso era dentro de parques no estado de Maryland, conquistou o terceiro lugar. “Depois disso, resolvi que não iria mais participar de uma maratona, devido ao desgaste físico”, comenta.

A pausa durou pouco tempo. Em 2007, Ana foi convidada para disputar os 50 quilômetros de Rio Grande, no

Sul do Estado. Terminou a prova em pouco mais de quatro horas, o que lhe garantiu a 6ª posição e o convite de um treinador para se dedicar às maratonas. A preparação com o profissional melhorou ainda mais seu desempenho. Nas ruas de Punta Del Este, veio a consagração no ano de 2010. A professora quebrou o recorde da maratona da cidade uruguaia com o tempo de três horas, três minutos e dois segundos. Em 2012, mais uma conquista internacional. Em meio a um Congresso em Guayaquil, no Equador, Ana Veiga arrumou espaço na agenda para disputar uma meia-maratona na cidade equatoriana, que seria no fim de semana do compromisso profissional. Resultado: mais uma vitória. “É legal poder fazer uma prova quando se viaja, até mesmo para ver como é a cultura da corrida naquele país. A prova largava às seis da manhã por causa do calor. Eu tinha levado uma canga com a bandeira do Brasil. Daí foi aquela festa. Foi outro título inesperado das corridas, que foi muito bacana”, recorda.

Em um esporte onde a superação é a receita principal para o sucesso, as lesões inevitavelmente acometem os corredores de grandes distâncias. Com Ana Veiga, a história não foi diferente. Em 2010, durante uma prova de equipes disputada entre São Paulo e Rio de Janeiro, a atleta sofreu uma fratura no pé. “Eu não fazia reforço, nem alongamento. Eu tive que parar por 40 dias, com o pé para cima. Foram meses de fisioterapia e meses para voltar a correr. Daí percebi que é um preço muito alto. Como não é isso que paga minhas contas, resolvi que iria parar de treinar.” Dois anos após a lesão no pé, a paixão falou mais alto e ela voltou às pistas. Em seguida, um problema na coluna afastou a atleta mais dois meses das corridas.

Com o tempo, graças a um treino funcional, privilegiando alongamentos e o movimento das articulações, Ana Veiga conseguiu driblar as lesões. Com a saúde reestabelecida, recentemente ela mais uma vez obteve um grande resultado em sua carreira de corredora: medalha de bronze na meia-maratona do Mundial de Atletismo Master, disputado em Porto Alegre, em 2013. A premiação foi obtida na categoria de 35 a 39 anos. No geral, ela terminou a prova em sexto lugar, com o tempo de uma hora, 31 minutos e 44 segundos.

A professora da Ufcsa conta que o segredo para participar das corridas é o mesmo que ela segue na vida acadêmica. “Muita disciplina e foco”, resume. A professora-atleta afirma que na corrida ela consegue desligar totalmente das atividades da universidade. “Neste meio ninguém sabe o que eu faço da vida. É um esporte muito democrático”, garante. Segundo ela, a alimentação, o descanso e o treino são a receita chave para o sucesso na empreitada. “Não fui eu que me adaptei à corrida, foi a corrida que se adaptou ao meu jeito de levar a vida. Eu não vivo sem o trabalho, nem sem corrida.”

Com aumento da demanda, CPPDs se qualificam para atender processos

por Patrícia Comunello



Em 2013, devido a alterações na carreira, houve parada estratégica que gerou acúmulo de cerca de 600 ações na Ufrgs

O volume de trabalho e de funções das Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPDs) não para de crescer, e há maior expectativa e pressão de quem aguarda por definições. A saída foi intensificar a qualificação dos integrantes, ação inédita deflagrada pelos próprios componentes dos organismos, que assessoram as reitorias e seus conselhos nos temas da vida docente. O movimento ganhou mais impulso diante de mudanças na carreira do Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), oficializadas pela Lei 12.772, em março do ano passado.

Além disso, a operação das CPPDs ganhou novos contornos, exigindo reformulação de procedimentos e especificação de regras que estão em plena mutação. Uma constatação feita pelo presidente da comissão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e professor de Medicina Veterinária, Eduardo Bastos, reforça a ebulição do setor. "As novas gerações de docentes estão mais atentas à progressão. A meninada que está entrando quer saber como deve agir para cumprir os requisitos. Os mais antigos não se preocupam com essas vantagens", contrasta Bastos, que está à frente da CPPD desde janeiro de 2013, mas integra o elenco desde 2011. "Essa preocupação é

muito positiva", valoriza o professor de Veterinária.

Este novo ambiente levou as CPPDs da Ufrgs e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) a arregaçar as mangas, literalmente. A equipe do IFRS atende aos 12 campi – família que aumentará nos próximos anos. Em 2013, a demanda já havia desafiado o fôlego da comissão da Universidade Federal. Como a nova carreira introduziu alterações que necessitam de regras internas, houve uma parada estratégica para fazer a transição, gerando acúmulo de cerca de 600 processos. No final do ano, o Conselho Universitário (Consun) da Ufrgs decidiu que a apreciação pela CPPD seguiria a regra antiga, para não prejudicar os docentes. Os efeitos dos avanços precisavam ser incluídos na previsão orçamentária para 2014, explica Bastos. "Muita gente iria perder um ano. Agora estamos com mesa limpa, ninguém foi prejudicado", respira o aliviado presidente da comissão.

Com isso, o ritmo de avaliação segue com uma média de 250 novos pedidos mensais de progressões funcionais (demanda cada vez maior), além de outras situações próprias da carreira e de aperfeiçoamento. "A vida não é fácil na CPPD. Até porque se não despachar com rapidez, vem a cobrança", observa Bastos. A meta do grupo é dar conta de



Eduardo Bastos é presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente da Ufrgs

cada processo em até 15 dias, afirma o professor. Mas para isso, a qualidade no cumprimento de dispositivos e normas na tramitação entre departamentos e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) é fator determinante. “As CPPDs sempre foram o patinho feio das universidades.”

Além de Bastos, os professores Celso Camilo Moro, João Henrique Corrêa Kanan, Bernardo Leão Spiro, Regis Burmeister dos Santos, Vera Catarina Castiglia Portella, Jorge Paulo de Araújo, Ana Tércia Lopes Rodrigues e João Luiz Alexandre integram a equipe na Ufrgs. “A dedicação de todos foi fundamental para vencer o volume de trabalho”, valoriza o docente da Faculdade de Veterinária.

Para alcançar este fluxo, muita coisa teve de ser ajustada, ou seja, melhorada. O presidente da CPPD destaca que as ações para qualificar o trabalho e, principalmente, formar os integrantes sobre as peculiaridades da tramitação dos processos, foram cruciais até agora. Entre as iniciativas, Bastos aponta maior aproximação com outras CPPDs de instituições de Ensino Superior gaúchas e de outros estados. Este movimento culminou com a realização de seminários nacionais e anuais – o último foi em Recife, em novembro de 2013, e reuniu quase 100 integrantes de comissões do MS e EBTT. Os eventos qualificaram a informação sobre legislação, papel das comissões e tramitação de processos, e aumentaram o intercâmbio com gestores das instituições.

Internamente, Bastos cita que são promovidos encontros entre os mais de 90 departamentos e a Progesp, além de manter plantão para auxiliar em dúvidas. “Em 22 anos, nunca foi feito capacitação. E o resultado foi uma

redução de 20% a 10% dos problemas ligados à instrução de pedidos”, analisa o presidente da comissão da Ufrgs. “Isso é muito importante, pois se a CPPD parar, o coração também para.” O professor sugere ainda mudanças que poderiam estreitar ainda mais o trabalho da comissão com a Reitoria e os conselhos. Hoje o órgão ocupa uma sala no térreo do anexo da Reitoria, mas Bastos observa que seria interessante estar fisicamente mais próximo. Ele cita o exemplo da CPPD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja estrutura está na sede da administração.

Ufcsa deve ajustar regulamento

Depois de arrumar a casa em 2013, a CPPD da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcsa) arregaa as mangas neste ano para ajustar o regulamento interno (que é do tempo em que a Instituição era apenas faculdade de Medicina) às novas normas da carreira docente. A presidente da comissão, Luciana Boose Pinheiro, ressalta que a pauta de processos (principalmente de mudança de regime) do ano passado foi zerada, graças ao mutirão dos integrantes da CPPD eleitos em outubro. Reportagem da edição de dezembro da Adverso mostrou o esforço para recompor o órgão, que sofreu esvaziamento de componentes e paralisou atividades durante boa parte do ano.

Na volta ao trabalho, o grupo planejará as ações e mergulhará na adequação à legislação. “Estamos muito motivados, mas enquanto não definirmos os procedimentos não avaliaremos novos processos. Precisamos nos ajustar para tomar decisões corretas”, esclarece a presidente, ressaltando a meta de qualificar a assessoria prestada aos conselhos e à Reitoria. O intercâmbio de experiências com CPPDs de instituições federais no Estado vai aumentar, com encontros durante 2014. “Vamos montar grupos de estudos para aprofundar o conhecimento sobre os diversos temas do dia a dia da carreira, além de ficarmos atentos a discussões puxadas pelo Proifes.”

IFRS encara lista de mudanças

Na CPPD do IFRS, o ano começa com uma novidade – a aplicação das novas regras de progressão, tema vencido no fim de 2013 com a aprovação pelo Conselho Superior (Consup). O plano foi elaborado por uma comissão indicada pelos campi do IFRS, que trabalhou intensamente desde o começo do ano, com representantes de todas as unidades. O regulamento, que será revisto em 2015, segundo decisão do Consup, atende à nova carreira do EBTT. O IFRS é uma das instituições do País que larga na frente neste tema. A vigência é imediata, observa o coordenador do grupo que elaborou a proposta, Clívio Buenno Soares Terceiro, docente da área de Administração do IFRS-

-Campus Porto Alegre e integrante do colegiado da CPPD do Instituto pela unidade da Capital.

“O professor terá a opção de se enquadrar no antigo modelo ou no novo, que se ajusta mais à realidade do IFRS”, observa Soares Terceiro. Uma das mudanças é a exigência de um mínimo de seis horas para se habilitar à progressão. Este requisito poderá motivar discussões a respeito da previsão de carga horária para pleitear o status de titular, cuja legislação exige mínimo de oito horas. Segundo o integrante da CPPD, muitos campi não conseguem gerar hoje esse volume de carga horária em todas as áreas de ensino e os docentes não podem ser penalizados. As regras para implementar os dispositivos da portaria de professor titular (novidade na carreira a partir de 2013) serão definidas por uma comissão específica, definida pelo Consup e da qual Soares Terceiro será um dos participantes. O conselho também aprovou a formação de outro grupo para definir o funcionamento do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) na instituição (leia mais nas páginas 16 a 20 desta edição).

Com a temporada de mudanças, algumas definidas e outras ainda por vir, o membro do colegiado da comissão do IFRS adverte também que será cada vez mais importante a atitude do docente diante de seu futuro profissional. “Ele terá de fazer mais gestão da própria carreira”, provoca Soares Terceiro. Do lado da CPPD, a preocupação é em elevar o nível de atuação, destaca o docente do IFRS, lembrando que com a novidade aumentará o volume de processos.



Soares Terceiro, do IFRS - Campus Porto Alegre, integra o colegiado da Comissão do Instituto pela unidade da Capital

Seguindo exemplo do órgão da Ufrgs, os integrantes da comissão do IFRS, Clívio Soares Terceiro e Edson Azevedo, participaram pela primeira vez do seminário nacional, em novembro passado. Um dos desafios, na volta para casa, é gerar um padrão no cumprimento das regras para todos os campi. Para isso, estes integrantes da CPPD organizaram um Curso sobre a legislação referente à carreira docente para a CPPD e para profissionais que trabalham com gestão de pessoas nos campi do IFRS. Nas mesas-redondas, foi possível aprofundar o conhecimento de assuntos rotineiros, desde a progressão e o afastamento para capacitação, à metodologia para se alcançar uma gestão mais democrática, na aplicação de normas, e sobre como funciona o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), do governo federal. “Se o trabalho é compartilhado entre gestão de pessoas e CPPD, precisamos entender o que o outro faz”, justifica o representante do IFRS- Campus Porto Alegre.

Além disso, o desafio é buscar um conceito convergente em alguns temas. Soares Terceiro cita o caso de afastamentos para capacitação. “Para a CPPD, o banco de docentes equivalente deve nortear o cálculo sobre o número que pode se afastar a cada período. Mas a Reitoria e o MEC consideram o quadro de pessoal efetivo”, confronta, apontando que isso gera diferenças e reduz o número. No banco de docentes, um professor com dedicação exclusiva (DE) equivale a 1,62 enquanto os docentes com regime de 40 horas e de 20 horas equivalem a - respectivamente - 1,0 e 0,65. Os critérios para autorizar remoções entre as unidades também serão esclarecidos. “Temos 12 campi diferentes, mas o IFRS é um só. Hoje temos uma regra provisória, mas precisamos estabelecer normas uniformes e permanentes, sem eliminar espaços para resoluções locais.”

A agenda da comissão do IFRS será cheia em 2014. Como normalidade não será definitivamente o status do grupo, Soares Terceiro informa que há um conjunto de temas a serem vencidos, pois demandam novas normas e procedimentos e cuja atuação da CPPD está prevista na nova legislação: afastamento para capacitação - será prioridade e deverá definir critérios; afastamento para capacitações rápidas; estágio probatório; alocação de vagas docentes - a CPPD poderá opinar sobre a decisão de uso de vagas; RSC; concurso de professor efetivo e temporário/substituto; mobilidade docente; atuação em outras instituições; e professor titular. “A vida da CPPD vai ficar mais dura”, antevê o docente, que aproveita para advertir: “Do ponto de vista político, a comissão ganhará um peso muito próximo ao do colégio de dirigentes. Acho que os docentes ainda não se deram conta disso.”

Os novos desafios para o movimento sindical brasileiro

Entre outras metas a serem enfrentadas pelas entidades representativas, está a manutenção da unidade de ação em um ano eleitoral

por Marco Aurélio Weissheimer



O ano de 2013 trouxe novos elementos desafiadores para o movimento sindical brasileiro, tanto do setor público quanto do privado. As manifestações que sacudiram o País no mês de junho contestaram não só o atual modelo de representação política, mas também a atuação de organizações mais tradicionais, como os sindicatos. Os novos movimentos sociais e as novas formas de organização social, mais horizontais e flexíveis, interrogam diretamente os dirigentes sindicais, em todas as suas correntes. Além disso, nos últimos anos, aumentou a fragmentação e a divisão do movimento sindical, com o surgimento de diversas centrais do gênero.

Além das mais antigas e tradicionais – Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical –, temos hoje a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que resultou de uma fusão

da Social Democracia Sindical (SDS); a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e parte da Força Sindical, a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), que reúne parte das federações e confederações oficiais, que defendem a atual estrutura sindical; a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), ligada ao MR8; o Conlutas, ligado ao PSTU (mas que não se apresenta enquanto central sindical propriamente); e mais recentemente, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), ligada ao PCdoB.

No início do ano passado, o Brasil contava com 9,8 mil sindicatos e 6,8 milhões de trabalhadores sindicalizados. O universo das centrais é um pouco menor, uma vez que 2,6 mil sindicatos não são filiados a uma central e os 947 mil trabalhadores filiados a estas entidades também não o são.



Ao todo, a CUT conta com cerca de 2,1 mil sindicatos registrados, com 2,4 milhões de sócios, representando 36,5% do movimento sindical. Esse índice caiu. Em 2012, era de 38,3%. As demais centrais vêm ganhando espaço nos últimos anos. A Força Sindical, segunda maior do País, chegou a agregar 1,7 mil sindicatos em 2012, somando 982 mil sócios (14,4% de representatividade). O aumento de 0,3% foi um pouco inferior ao registrado pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que fechou 2011 com 553 sindicatos e 574,9 mil sócios.

Os maiores saltos foram da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), de 2,4% e 1,3%, respectivamente. A UGT responde hoje por aproximadamente 10,3% do movimento sindical, com quase 1,1 mil sindicatos e 700 mil sócios. ➤

Divulgação / Arquivo SSAO



Cinco desafios para o movimento sindical

Na avaliação do Secretário de Organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jacy Afonso de Melo (foto acima), a nova realidade do mundo do trabalho e das ruas traz cinco grandes provocações para o movimento sindical no Brasil. Ele sintetiza estes desafios, conforme abaixo:

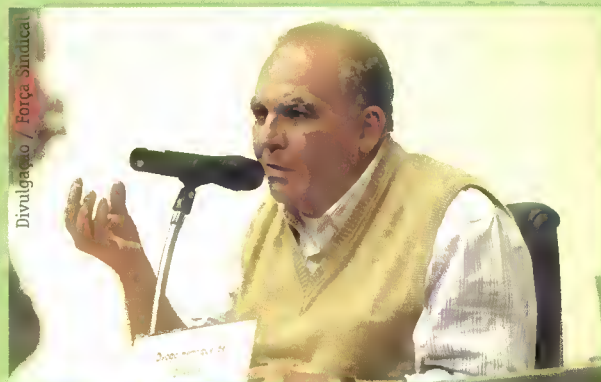
- **Reconstruir a consciência de classe:** “O trabalhador precisa se reconhecer como ator no processo social, agente na geração de riqueza, mas precisa se reconhecer também como sujeito alienado de seus direitos, expropriado da parte que lhe é devida neste mesmo processo. Os trabalhadores no Brasil e no mundo precisam se apropriar desta consciência, no dia a dia, no seu local de trabalho, nas campanhas salariais, nos processos de negociação permanente. Mas isto só será possível quando forem atores também da ação sindical. O primeiro desafio, então, é levar o sindicato para a vida do trabalhador, para o dia a dia no local de trabalho.”

- **Construir um novo discurso:** “O movimento sindical deve construir um novo discurso a partir do conhecimento profundo da realidade da classe trabalhadora. Precisa falar para os corações e as mentes dos trabalhadores e trabalhadoras, conhecer seus sofrimentos e seus sonhos, resgatar a esperança de viver em um mundo melhor. É preciso inverter a pauta que atualmente domina os interesses e o debate dentro dos sindicatos, federações e confederação que diz respeito às disputas internas e externas. As entidades sindicais hoje consomem a maior parte de suas energias na manutenção da sua estrutura, nas eleições sindicais e nas brigas internas.”

- **Buscar a unidade:** “É preciso resgatar a solidariedade de classe, ter uma pauta mínima que unifique os trabalhadores. As entidades sindicais devem colocar esta pauta de classe acima dos interesses corporativos. A fragmentação sindical que se vive hoje, para além da responsabilidade da estrutura legal do País, é também resultado de colocar os interesses corporativos acima dos interesses de classe, o que explica boa parte das divisões internas e disputas de poder, muito comuns no setor.”

• **Luta por políticas públicas:** “Uma das melhores formas de distribuir renda hoje no Brasil é avançar em políticas públicas nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento e proteção social. Estas políticas são também um mecanismo poderoso de inclusão social. Cabe ao movimento sindical assumir a frente nestas lutas também, ao lado de outras entidades da sociedade organizada.”

• **Combater a flexibilização das relações de trabalho:** “Nos últimos dez anos, avançamos no processo de retomada do crescimento no Brasil, reduzimos a informalidade e o desemprego a taxas quase de pleno emprego, promovemos a inclusão social de mais de 40 milhões de brasileiros e de brasileiras. Por outro lado, a rotatividade nunca foi tão alta e o subemprego, com o avanço da terceirização, rebaixa os padrões de remuneração e de direitos da classe trabalhadora. O Brasil precisa avançar em direção e outro padrão de desenvolvimento que só será alcançado com a valorização do trabalho, o investimento em novas tecnologias e na qualificação profissional, com ampliação dos direitos do trabalhador brasileiro. Cabe ao movimento sindical a responsabilidade de organizar e mobilizar os trabalhadores contra qualquer ofensiva que vise flexibilizar e precarizar as relações de trabalho em nome de avanços através dos processos de negociação.”



O presidente da Força Sindical, Miguel Torres (foto acima), coloca ênfase no tema da unidade. Para ele, o sindicalismo brasileiro vai enfrentar grandes desafios em 2014 e um dos principais será justamente a manutenção da unidade de ação em um ano eleitoral.

Torres defende que os interesses partidários não ultrapassem os interesses dos trabalhadores, para impedir a divisão do movimento sindical. Essa unidade, assinala ainda, foi fundamental para a regulamentação das centrais e para a aprovação da política de recuperação do poder de compra do salário-mínimo. E esse item, acrescenta, será fundamental para enfrentar as investidas contra os direitos trabalhistas no Congresso Nacional: “Querem aprovar no Congresso um conjunto de propostas que visam eliminar, reduzir e flexibilizar direitos e garantias trabalhistas e sindicais previstos na Constituição da República, em leis ordinárias, em convenções da OIT, em decretos e em súmulas de tribunais, entre outros.”

Proifes é uma novidade na organização sindical

A criação do Proifes-Federação e do Proifes-Sindicato, uma entidade de base nacional que representa cerca de 20 mil professores do País inteiro, representou uma grande novidade no sindicalismo brasileiro. Poucos anos após a implementação, a iniciativa está causando debate dentro das bases de outras estruturas sindicais. Na avaliação do presidente da entidade e professor do Instituto de Química da Ufrgs, Eduardo Rolim de Oliveira, a natureza mais significativa dessa novidade é a reestruturação da forma de organização dos professores em nível nacional, em uma categoria que é das maiores do serviço público, representando hoje perto de 120 mil pessoas.

“Uma parte considerável dessa categoria já se sente representada por uma nova estrutura organizativa que tem um caráter muito próximo daquilo que o movimento docente sempre construiu para si, ou seja, uma ideia federativa, de construção de sindicatos locais ou de associações docentes, como ocorreu no final dos anos 1970. Cerca de 30 anos depois, o movimento docente volta a essas origens, talvez para tentar buscar de novo aquele ascenso histórico que teve na década de 1980, quando era um dos atores sociais mais importantes do País”, assinala Rolim.

O dirigente do Proifes ainda contextualiza essa novidade em um quadro de descenso do movimento sindical brasileiro, que atravessa um processo de fragmentação. “Hoje temos seis, sete centrais sindicais em um processo inverso ao da década de 1980, quando se buscou a criação da Central Única dos Trabalhadores, que foi um momento muito difícil e doloroso. Algumas forças acharam que o caminho era outro e construíram a Conclat, a CGT”, avalia Eduardo Rolim. Para ele, o movimento sindical está passando por um período de transição. “Estamos vivendo um período novo. A ideia fechada da unicidade sindical não é mais possível. Não representa o interesse real dos trabalhadores, principalmente na nossa categoria. Tanto é assim, que o próprio Ministério do Trabalho, ao conceder registro sindical para a Adufrgs e também permitir que a base de Porto Alegre pertença a outro sindicato, consagrou a ideia de que é possível a pluralidade sindical.”

O presidente do Proifes-Federação defende que é preciso sair da ideia cartorial vigente desde o Estado Novo, segundo a qual o sindicato é uma estrutura meio “sacrossanta”, obrigando a filiação em uma única entidade, independente do fato dela ser de carimbo ou não. A visão de que o sindicato não tem que ser uma entidade cartorial, mas sim uma estrutura que seja efetivamente representativa dos trabalhadores, sustenta ainda o professor da Ufrgs, abre uma grande perspectiva de ascenso para o movimento sindical no futuro. ▀

O PNE aprovado no Senado é um grave retrocesso

por **Gil Vicente Reis de Figueiredo**, professor da UFSCar e diretor de Relações Internacionais do Proifes

O Plano Nacional de Educação aprovado no Senado Federal no dia 17 de dezembro passado representa um grave retrocesso em relação ao que foi referendado na Câmara Federal. Conforme pode ser visto no breve e obviamente não exaustivo resumo apresentado nas páginas 30, 31 e 32 desta edição, mostrando as principais diferenças entre os dois documentos, vários aspectos chamam a atenção. A Meta 20 foi alterada em sua essência: o texto original da Câmara Federal propõe ampliar para 10% do PIB o investimento público em 'educação pública'; na redação do Senado a palavra 'pública' foi retirada.

No Art.5º, § 5º, em consonância como a nova Meta 20 do Senado, define-se que o investimento público em educação deve englobar "os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal" e, inclusive, aqueles referentes a "subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial."

As Metas 11 e 12 são, em consequência, igualmente modificadas pelo Senado. No texto da Câmara, propunha-se, respectivamente, "triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público" e "elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público." Já no texto do Senado os 50% de expansão das matrículas na educação profissional deve se dar com 'gratuidade', e não de forma pública, enquanto que, no ensino superior, é retirada integralmente a responsabilidade do Estado em relação à expansão de matrículas na educação superior.

O Senado suprimiu a Estratégia 20.10 da Câmara Federal, que obriga a União a complementar os recursos financeiros dos Estados, DF e Municípios que não atingirem o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

ou seja, de acordo com o Senado, a União não será responsável por garantir o Custo Aluno Qualidade na educação básica, conforme aprovado pela imensa maioria dos debates nas Conferências Municipais e Estaduais de Educação preparatórias da Conae 2014.

Nessa mesma linha de cobrar menores responsabilidades do Estado, o Senado alarga, relativiza ou elimina os prazos em que as diversas instâncias devem implementar o CAQi e o CAQ. Assim: enquanto o texto da Câmara Federal propõe (Art.8º) a elaboração de planos de educação estaduais e municipais em um ano, o do Senado fala apenas no encaminhamento desses planos ao Poder Legislativo, no mesmo prazo; no caso de aprovação de leis específicas (Art.9º), a mudança é ainda pior, porque além de trocar a obrigação de aprovar pela de encaminhar, o prazo previsto é ampliado pelo Senado de um para dois anos; por último, de acordo com a Câmara Federal, o poder público se obriga a instituir o Sistema Nacional de Educação em dois anos (Art.13), enquanto que, na versão do Senado, deverá apenas apresentar um projeto de lei nesse prazo.

Finalmente, a participação da sociedade civil é fortemente restringida pela proposta aprovada no Senado, que concretamente reduz a capacidade de pressão das organizações populares, ao propor que a Conae Nacional não seja mais precedida por Conferências Municipais e Estaduais (Art.6), como indica o texto da Câmara Federal (e como é prática hoje consolidada). Segundo o Senado, essas conferências serão realizadas em consonância com Planos Municipais e Estaduais, cujos resultados serão considerados apenas como insumos para as conferências nacionais e para a elaboração dos planos nacionais de educação.

É fundamental que o Plano Nacional de Educação a ser aprovado neste ano, quando de seu retorno à Câmara Federal, respeite os debates realizados durante todo o processo de discussão ocorrido nas inúmeras conferências municipais, intermunicipais e estaduais já ocorridas, e que irão culminar na Conae 2014, cujo resultado final seguramente irá espelhar o posicionamento hegemônico democraticamente construído



pelos atores que nesses espaços vêm expressando, ao longo do tempo, suas vozes na defesa e na luta por um

ensino público, gratuito e de qualidade, responsabilidade do Estado e direito de todos.

Texto aprovado na Câmara (Deputado Angelo Vanhoni)	Texto aprovado no Senado (Senador Eduardo Braga)
<p>Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: I – MEC – MEC; II – Comissões de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; III – CNE.</p>	<p>Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: I – MEC; II – Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; III – CNE; IV – FNE.</p>
	<p>§ 5º O investimento público em educação a que se refere o art. 214, inciso VI, da CF, e a meta 20 do anexo desta Lei, engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da CF.</p>
<p>Art. 6º A União deverá promover a realização de pelo menos duas Conferências Nacionais de Educação até o final do decênio, precedidas de conferências municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo FNE, instituído nesta Lei, no âmbito do MEC.</p>	<p>Art. 6º A União promoverá a realização de pelo menos duas Conferências Nacionais de Educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo FNE, instituído nesta Lei, no âmbito do MEC.</p>
	<p>§ 3º Serão realizadas Conferências Estaduais, Distrital e Municipais de Educação no período de vigência do PNE, em consonância com o estabelecido nos Planos Estaduais e Municipais de Educação e em articulação com as Conferências Nacionais de Educação.</p>

	<p>§ 4º As Conferências de que trata o § 3º deste artigo fornecerão insumos para avaliar a execução do Plano Nacional de Educação e subsidiar a elaboração do Plano para o decênio subsequente.</p>
<p>Art. 8º Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.</p>	<p>Art. 8º Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão encaminhar ao Poder Legislativo competente seus correspondentes planos de educação, ou a adequação dos planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de um ano contado da publicação desta lei.</p>
	<p>Art. 9º Os estados, DF e municípios encaminharão ao Poder Legislativo competente PLs específicos para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de dois anos contados da publicação desta lei (...).</p>
<p>Art. 13. O poder público deverá instituir, em lei específica, contados dois anos da publicação desta Lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação de diretrizes, metas e estratégias do PNE.</p>	<p>Art. 13. O poder público deverá apresentar, contados dois anos da publicação desta lei, PL específico para instituir o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação de diretrizes, metas e estratégias do PNE.</p>
<p>Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.</p>	<p>Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas.</p>
<p>Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento</p>	<p>Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade de oferta.</p>
<p>Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.</p>	<p>Meta 20: Ampliar o investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no quinto ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio, observado o § 5º do art. 5º desta lei.</p>

<p>20.6) No prazo de dois anos da vigência deste PNE, será implementado o Custo Aluno-Qualidade Inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;</p> <p>20.7) Implementar o Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;</p> <p>20.8) O CAQ será definido no prazo de três anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;</p>	<p>20.8) Definir, no âmbito do MEC, no prazo de dois anos da vigência deste PNE, o conceito de Custo Aluno-Qualidade Inicial - CAQi, o qual será referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e terá seu financiamento calculado com base nos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, a ser implementado até o terceiro ano de vigência da Lei, devendo o valor correspondente ser progressivamente ajustado até a implementação plena do CAQ, no oitavo ano de vigência deste PNE;</p> <p>20.6) Definir o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica;</p> <p>20.7) Formular, no âmbito do MEC, em parceria com a sociedade civil, a metodologia de cálculo do CAQ, considerando os investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar, e outros insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, a qual será acompanhado pelo FNE, pelo CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;</p>
<p>20.10)Caberá à União, na forma da lei,complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;</p>	<p>Suprimido</p>
<p>20.11) Aprovar, no prazo de um ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.</p>	<p>20.10)Aprovar Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional;</p>

Nova regulamentação da contagem de tempo especial no serviço público é uma afronta à segurança jurídica

por **Francis Campos Bordas e Nathalie López Chuy**, integrantes da Bordas Advogados Associados

A exposição a agentes e condições especiais (insalubres, perigosas ou penosas) faz, há muito tempo, parte da realidade de milhões de trabalhadores, estejam eles no setor privado ou público. Em geral, a aposentadoria destes servidores é diferenciada. No setor público, este assunto tem sido muito discutido nos últimos anos, por vezes com avanços legislativos e jurisprudenciais e, em outros momentos, alguns recuos. O ano de 2013 se encerra como aquele em que ocorreram os maiores retrocessos.

O MPOG editou no apagar das luzes as Orientações Normativas 15 e 16 da SRH, que versam sobre o tema da contagem diferenciada de tempo e requisitos para aposentadoria àqueles servidores sujeitos a agentes especiais. Já em meados de 2013 o Governo Federal havia suspenso as anteriores ON 7/2007 e 10/2010, ambas sobre o mesmo assunto.

Essas novas regras que substituem as anteriores trazem um grande retrocesso e colocam em risco diversos atos já praticados, muitos dos quais já geraram efeitos concretos para muitas pessoas. Nestes últimos anos, diversos servidores se aposentaram, passaram a ganhar o abono de permanência, revisaram seus atos de jubilação, etc, tudo com base nas antigas Orientações editadas pelo Governo Federal.

Para uma compreensão melhor do cenário que se avizinha, é fundamental retomar alguns aspectos importantes:

Até dezembro de 1990 a grande maioria do funcionalismo estava sujeita às regras da CLT, e, consequentemente, às regras previdenciárias do Regime Geral da Previdência Social (INSS). Durante muitos anos a administração federal se negou a aplicar diversas regras previdenciárias aos servidores públicos, especialmente a contagem especial de tempo em condições insalubres ou perigosas. Isto levou ao ajuizamento de diversas ações que culminaram consolidando o entendimento favorável do STF, STJ e TCU à conversão do tempo (em geral pelo fator 1,2 para mulheres e 1,4 para homens).

Mesmo que parcialmente resolvida questão da contagem convertida do período celetista, restou um vácuo legislativo a partir da instituição do RJU (dez90) que fez com que se buscasse no STF (mandados de injunção) a garantia do direito aos critérios diferenciados de aposentadoria a quem estivesse sujeito a agentes insalubres e similares.

Sanada a omissão pelo STF foi editada a ON 10 em 2010 onde foi prevista, além da aposentadoria especial, a contagem

convertida de tempo, pelos mesmos fatores referidos acima.

Seguiu-se, a partir de 2010, um período de razoável tranquilidade, em que o tempo trabalhado antes de 1990 (CLT) era convertido com base na ON 07-2007 e aquele posterior (RJU) era contado na forma da ON 10-2010. Com isso, muitos se aposentaram ou passaram a ganhar o abono de permanência, entre outras tantas hipóteses decorrentes da contagem convertida.

O que é que muda, agora? Basicamente, altera-se a própria compreensão do que sejam os “critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria”. A partir de agora, de acordo com as novas orientações, não haverá mais conversão do tempo especial a contar de 1990, mas apenas a aposentadoria especial com proventos que não corresponderão à última remuneração. Além disso, com relação ao período anterior a 90 a nova ON 15 previu uma série de documentos e formalidades que anteriormente não existiam.

O quadro abaixo resume e aponta as principais alterações trazidas, às quais dedicamos alguns breves comentários sobre o que julgamos serem os maiores problemas.

As duas orientações preveem que os atos praticados com base nas normas anteriores serão revisados. É fácil notar a gravidade disto a partir de dois exemplos hipotéticos:

Imagine-se um servidor que se aposentou contando de forma convertida seu tempo de serviço, sem o que não teria preenchido o requisito da aposentadoria integral. Aposentou-se e logo em seguida completou 70 anos. Se eventualmente for desfeita a conversão de seu tempo de serviço sua aposentadoria será revisada e seus proventos passarão a ser proporcionais. Mais grave é que este servidor não poderá retornar à atividade por conta da idade.

Um professor com dedicação exclusiva se aposentou contando de forma convertida seu tempo de serviço especial. Em seguida tomou posse em outro cargo acumulável. Sendo desfeita a conversão do tempo, sua aposentadoria seria anulada e, consequentemente, teria que voltar à ativa. E o cargo novo? E a redução que sofrerá em seus ganhos?

Nos dois casos, as decisões de se aposentar foram tomadas pelo servidor com a certeza de que teria este direito, tanto que a própria administração regulamentou seus procedimentos neste sentido.



Mostra-se de todo irracional e incompreensível que a administração altere seus regulamentos e ordene que todos os atos anteriores devam ser revistos e desfeitos, causando inenunciáveis prejuízos aos servidores e suas famílias.

Chama também a atenção o fato de que estamos falando da regulamentação de um direito que está previsto na Constituição através de normas criadas de maneira unilateral pelo Poder Executivo, quando em verdade isto deveria ocorrer na forma de lei.

Por todos estes argumentos erigidos de maneira introdutória, fica claro que este tema consumirá uma boa parcela da atenção de servidores, dirigentes sindicais e assessores jurídicos neste ano que ora inicia. Convém recordar que o servidor poderá questionar em juízo a validade de qualquer ato que venha a ser praticado no sentido de desfazer o que foi feito. Acreditamos também que a própria alteração de entendimento sobre a conversão do tempo será questionada judicialmente.

Entenda o que mudou com as Orientações Normativas nº 15 e 16/2013, relativas à conversão de tempo especial

Alterações	Orientação Normativa nº 15/2013 Conversão de tempo pré 1990	Orientação Normativa nº 16/2013 Conversão de tempo após 1990
Aposentadoria Especial	Admitida nos casos de comprovada exposição ininterrupta a agentes nocivos/insalubres.	Depende da pré-existência de Mandado de Injunção julgado pelo STF e da verificação caso a caso das condições de trabalho e exposição aos agentes.
Comprovação de tempo especial	Não basta o simples pagamento do adicional para provar a exposição aos agentes. Deverá ser apresentado um laudo técnico ou perícia médica.	Não basta a simples percepção do adicional/gratificação por exposição a agentes, devendo ser apresentado laudo técnico ou perícia médica.
Possibilidade de conversão de tempo	É possível para fins de concessão de aposentadoria e abono. Assim, 10 anos em condições especiais correspondem a 12 anos para as mulheres e 14 aos homens.	Não é mais possível converter tempo especial em tempo comum. Exceto para servidores beneficiários de ação judicial, que tenha recebido parecer de força executória da Advocacia Geral da União, reconhecendo que sua decisão judicial trata não somente de aposentadoria especial, mas também, de conversão de tempo, e consequentemente autorizando esta conversão.
Proventos de aposentadoria	Esta ON não trata do assunto. Na prática, o tempo convertido é considerado para a concessão da aposentadoria normal, cujos proventos serão calculados conforme as diversas regras existentes.	Não serão equivalentes à última remuneração. Serão calculados pela média aritmética simples e atualizada das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições previdenciárias, conforme lei 10887/2004. Além disso, não terão os mesmos aumentos que os ativos, estando sujeitos aos mesmos aumentos do INSS.
Revisão	Serão revistos os atos praticados com base na antiga orientação normativa sobre o tema (ON07/2007), exceto atos de aposentadoria e pensão já registrados pelo TCU.	Serão revistos os atos praticados com base nas orientações normativas nº 06 e 10/2010 que converteram tempo especial em comum, exceto atos amparados em decisão judicial com força executória e atos já registrados pelo TCU.
Reposição ao Erário	Não haverá reposição de valores recebidos de boa-fé a título de aposentadoria ou abono de permanência.	Não haverá reposição de valores recebidos de boa-fé a título de aposentadoria ou abono de permanência.

ENCONTRO DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Porto Alegre - RS | Brasil
23 a 25 de abril de 2014

Salão de Atos II da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Paulo Gama, 110 Porto Alegre | RS | Brasil



Jantar **DE**
CONFRATERNIZAÇÃO

Juntos podemos mais!

14 de março
sexta feira | 20h30

Salão de eventos da SOGIPA
Rua Barão do Cotegipe, 400

Professor filiado não paga.
Acompanhantes:
R\$ 70,00



Adufrgs
sindical
Filiado ao PROFES-Federação

Bebida e música incluída Sorteio de muitos brindes

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga



ADufrgs
sindical